



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GILVA EVANGELISTA DUARTE FREITAS

**OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO
DE CAMALAUÁ – PB: UM ESTUDO DE CASO NO ANO DE 2014**

**MONTEIRO-PB
2017**

GILVA EVANGELISTA DUARTE FREITAS

**OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO
DE CAMALAUÍ – PB: UM ESTUDO DE CASO NO ANO DE 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
submetido ao curso de Ciências Contábeis da
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB),
Campus VI Poeta Pinto do Monteiro, como
requisito para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a. Ma. Ilcleidene Pereira de
Freitas

**MONTEIRO-PB
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F862e Freitas, Gilva Evangelista Duarte.
Os efeitos do Programa Bolsa Família no município de Camalaú – PB [manuscrito] : um estudo de caso no ano de 2014 / Gilva Evangelista Duarte Freitas. - 2017.
65 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2018.
"Orientação : Profa. Ma. Ilceidene Pereira de Freitas, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Programa Bolsa Família. 2. Programas sociais. 3. Erradicação da pobreza. 4. Município de Camalaú (PB).

21. ed. CDD 361.61

GILVA EVANGELISTA DUARTE FREITAS

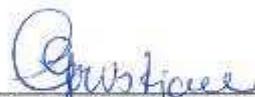
**OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO
DE CAMALAUÁ – PB: UM ESTUDO DE CASO NO ANO DE 2014**

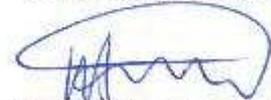
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
submetido ao curso de Ciências Contábeis da
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB),
Campus VI Poeta Pinto do Monteiro, como
requisito para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.
Área de Concentração: Economia

Aprovado em: 13 / 12 / 2017

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Ma. Ilcleidene Pereira de Freitas (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Ma. Cristiane Gomes da Silva (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Esp. Wilton Alexandre de Melo (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, aos meus pais, José Duarte de Queiroz e Rita Evangelista Duarte, aos meus irmãos Gilson, Cosma, Gilberto, Gildete, Gildelson, Gilma, Gilda e Aparecida, ao meu esposo José Gutemberg Freitas Firmino, e também a todos os meus sobrinhos Ivonete, Ivoneide, Ivaldo, Lucas, Rebeqa, Gabriel, Karina, Kézia, Edrei, Adonias, Emily, Thaíz, Guilherme e Moises. Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar o privilégio da vida, por todas as oportunidades, milagres e bênçãos concedidas, por Ele conduzir os meus passos e por mais uma conquista alcançada.

Aos meus pais, José Duarte de Queiroz e Rita Evangelista Duarte, que seguraram a minha mão desde os meus primeiros passos e prepararam o caminho para que eu chegasse até aqui. Sou grata por toda a dedicação, todo amor, e por todo ensinamento através do vosso exemplo de vida.

Aos meus irmãos, sobrinhos e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, nunca mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao meu esposo José Gutemberg que teve paciência durante esta longa jornada e que me ajudou em tantos momentos difíceis, com muito companheirismo e amor.

Aos meus sogros Dona Socorro e Seu Cazuzza (*in memoriam*).

A minha querida sobrinha e amiga Ivonete Duarte, que me acompanhou desde a conclusão do ensino médio; as longas viagens até a universidade; e também, foi peça fundamental na produção deste trabalho.

A minha Professora e orientadora Ilcleidene Pereira de Freitas, pela dedicação, auxílio, disponibilidade de tempo e material, e que com sabedoria soube dirigir-me os passos e os pensamentos para tornar possível a conclusão deste trabalho.

A todos os professores do curso de Ciências Contábeis da UEPB, campus VI que foram tão importantes na minha vida acadêmica.

Aos meus amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para a realização deste trabalho.

Ainda que a figueira não floresça, nem haja frutos na vide; o produto da oliveira minta, os campos não produzam mantimentos; e as ovelhas sejam arrebatadas do aprisco, e nos currais não haja gado, todavia, eu me alegrarei no Senhor, exultarei no Deus da minha salvação.

(HAB, 3: 17-18, Bíblia Sagrada)

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma abordagem sócio-histórica do Programa Bolsa Família e seus impactos econômicos. Para contextualizar a questão de desigualdade social, elemento que se pretende combater através do PBF, optou-se por tecer informações referentes ao Crescimento e ao Desenvolvimento Econômico, fatores que influem na qualidade de vida dos cidadãos. Objetivou-se, analisar o Programa Bolsa Família no Município de Camalaú através de indicadores sociais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com o intuito de examinar o desenvolvimento dos indicadores sociais, identificar a quantidade de famílias Camalauenses beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e avaliar a influência das condicionalidades do PBF quanto a permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola. O estudo caracterizou-se como descritivo, de abordagem quantitativa e de método dedutivo. Os dados foram coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no site da PNAD e no Portal da Transparência, analisados através do uso de gráficos. Foram consultadas ideias de alguns teóricos, tais como Cacciamali, Alves e Vasconcellos, entre outros. Concluiu-se, que de modo geral o Programa Bolsa Família teve impacto relevante para o Município de Camalaú, apresentou melhorias econômicas e em seus indicadores sociais. O PBF contempla a maioria das famílias camalauenses, as condicionalidades contribuíram positivamente para a ampliação da quantidade de alunos matriculados e garantem a permanência dos alunos na escola. De modo que os benefícios do PBF perpassam o auxílio monetário, e estende-se ao âmbito social-educativo para a educação básica.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Pobreza. Município de Camalaú.

RESUMEN

El presente trabajo presenta un enfoque socio-histórico del Programa Bolsa Familia y sus impactos económicos. Para contextualizar la cuestión de desigualdad social, elemento que se pretende combatir a través del PBF, se optó por tejer informaciones referentes al Crecimiento y el Desarrollo Económico, factores que influyen en la calidad de vida de los ciudadanos. Se objetivó, analizar el Programa Bolsa Familia en el Municipio de Camalaú a través de indicadores sociales. Para ello, se realizó una investigación con el fin de examinar el desarrollo de los indicadores sociales, identificar la cantidad de familias campesinas beneficiadas por el programa Bolsa Familia y evaluar la influencia de las condicionalidades del PBF en cuanto a la permanencia de niños, adolescentes y jóvenes en la escuela. El estudio se caracteriza por su carácter descriptivo, de abordaje cuantitativo y de metodología deductiva. Los datos fueron colectados en el site del Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, en el site de la PNAD y en el Portal da Transparencia, analizados por medio del uso de gráficos. Fueron consultadas ideas de algunos teóricos, tales como Cacciamali, Alves e Vasconcellos, entre otros. Se concluyó, que de modo general el Programa Bolsa Familia tuvo impacto relevante para el Municipio de Camalaú, presentó mejoras económicas y en sus indicadores sociales. El PBF contempla la mayoría de las familias campesinas, las condicionalidades contribuyeron positivamente a la ampliación de la cantidad de alumnos matriculados y garantizan la permanencia de los alumnos en la escuela. De modo que los beneficios del PBF atraviesan la ayuda monetaria, y se extiende al ámbito social-educativo para la educación básica.

Palabras-clave: Programa Bolsa Família. Pobreza. Municipio de Camalaú.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Efeitos positivos e negativos dos investidores internacionais	19
Quadro 2 Tipologias tecnológicas e suas atribuições.....	21
Quadro 3 Nível do IDH do Brasil em Relação a outros países	25
Quadro 4 Ranking do IDH dos estados brasileiros (2006).....	27
Quadro 5 Critérios de elegibilidade do PBF	41
Quadro 6 Consequências do descumprimento das condicionalidades.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 PIB e PIB <i>per capita</i> no período de 2000 a 2015	24
Gráfico 2 Níveis de concentração de renda no Brasil.....	29
Gráfico 3 Demonstração da curva de Lorenz	30
Gráfico 4 Índice de concentração de Gini do Brasil em relação a outros países	31
Gráfico 5 Redução da taxa de pobreza no Brasil (1992-2011).....	33
Gráfico 6 Percentual de crianças e adolescentes beneficiários e não-beneficiários do PBF que não frequentam a escola (2004)	43
Gráfico 7 Total de beneficiários acompanhados pela educação (2014)	52
Gráfico 8 Fluxo escolar no Município de Camalaú (1991-2010).....	53
Gráfico 9 Número de famílias beneficiárias pelo PBF em Camalaú (2009-2015).....	55
Gráfico 10 Tipos de benefícios e quantidades de famílias contempladas	56
Gráfico 11 Valores transferidos pelo PBF no Município de Camalaú (2009-2014).....	57
Gráfico 12 PIB do Município de Camalaú (2004 - 2014)	58
Gráfico 13 O IDHM de Camalaú (1991-2010)	59

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSP	Benefício de Superação da Extrema Pobreza
BVG	Benefício Variável Gestante
BVJ	Benefício Variável Jovem
BVN	Benefício Variável Nutriz
CADÚNICO	Cadastro Único
CAGEPA	Companhia de Água e Esgoto da Paraíba
CEF	Caixa Econômica Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento e Humano
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NIS	Número de Inscrição Social
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SENARC	Secretaria Nacional de Rendas de Cidadania

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problematização	12
1.2 Justificativa	13
1.3 Objetivos	13
1.3.1 Objetivo Geral	13
1.3.2 Objetivos Específicos	13
1.4 Estrutura do trabalho.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Crescimento Econômico e Desenvolvimento Econômico	15
2.2 Variáveis determinantes para o desenvolvimento econômico	17
2.3 Indicadores do grau de desenvolvimento	22
2.4 A Contabilidade Social como um instrumento de controle da economia....	36
2.5 O Programa Bolsa Família (PBF).....	38
2.5.1 O Programa	38
2.5.2 Organização e Funcionamento do Programa Bolsa Família.....	39
3 METODOLOGIA	47
3.1 Classificação quanto aos objetivos	47
3.2 Classificação quanto ao procedimento técnico.....	47
3.3 Classificação quanto à forma de abordagem do problema	48
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	49
4.1 O município de Camalaú - PB e o Programa Bolsa Família	49
4.1.1 O Município de Camalaú: levantamento histórico.....	49
4.1.1.1 Aspectos socioeconômicos do Município de Camalaú	50
4.1.1.2 O Programa Bolsa Família no Município de Camalaú: promoção de bem-estar social.....	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo no Brasil, a pobreza foi um fenômeno assustador e norteador de inúmeras discussões. Os questionamentos que giravam ao redor de tal fator diziam respeito ao motivo de sua existência, bem como uma forma de combatê-la.

Vinculada à pobreza, está a fome, que afeta o desenvolvimento nutricional e psicossocial do sujeito. Criado e conduzido pelo Governo Federal, o Programa Bolsa Família (PBF), proporciona aos milhares de brasileiros, que viviam em condições de extrema pobreza, melhores condições econômicas, e além de combater a extrema pobreza, garante uma renda fixa às famílias, mesmo que esta não seja suficiente para atender todas as necessidades básicas do sujeito.

Popularmente conhecido como Bolsa Família, este programa social é um dos benefícios sociais ofertados pelo Governo Federal que oferece diretamente recursos financeiros às famílias brasileiras que estão na linha da pobreza ou abaixo dela. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social - MDS (2006), o referido programa, implantado através da Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, tem como principal foco combater a fome, a miséria e a exclusão social, fatores historicamente presentes na sociedade brasileira.

1.1 Problematização

Com base nos discursos instaurados em relação ao Bolsa Família busca-se através deste trabalho, oferecer informações que possam responder ao seguinte questionamento: **Qual o impacto nos indicadores sociais do município de Camalaú com a implantação do Programa Bolsa Família no ano de 2014?**

1.2 Justificativa

O interesse pelo estudo de tal tema deu-se a partir da observação das discussões que giram em torno dos programas sociais do Governo Federal, onde as opiniões são divididas, pois alguns julgam necessários e eficientes, enquanto outros questionam sua eficácia. A presente proposta de pesquisa é pertinente pelos seguintes aspectos. Primeiro, a natureza do *corpus* escolhido, isto é, não só o fato do PBF ser um programa social, mas pelo fato de interferir diretamente no contexto econômico-social de milhões de brasileiros. Segundo aspecto, as temáticas abordadas, isto é, pobreza e a desigualdade social, temas que despertam interesse e sobre o qual muito se falou, mesmo assim não são assuntos esgotados, uma vez que ainda tem muito a ser explorado.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar qual o impacto nos indicadores sociais do município de Camalaú com a implantação do Programa Bolsa Família no ano de 2014.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Examinar o desempenho dos indicadores sociais do Município;
- Identificar a quantidade de famílias Camalauenses beneficiadas pelo PBF;
- Avaliar a influência das condicionalidades do Programa Bolsa Família quanto à permanência das crianças, adolescentes e jovens na escola;

1.4 Estrutura do trabalho

Com o intuito de esclarecer aos questionamentos mencionados, o presente trabalho está estruturado em cinco seções. Após esta de caráter introdutório, a seção 2 apresenta o referencial teórico, com a base na literatura relacionada ao tema proposto; a seção 3 traz a metodologia usada no processo para a construção, estrutura, desenvolvimento e processamento de dados; a seção 4 apresenta a análise e discussão dos resultados do estudo, através de um breve levantamento histórico acerca do Município de Camalaú, no que diz respeito ao seu surgimento, a sua localização geográfica, e suas principais atividades econômicas, na sequência discorre sobre o Programa Bolsa Família. Em relação a este programa social, são apresentadas informações relacionadas: aos indicadores sociais do município, à quantidade de famílias beneficiárias, o valor transferido, o percentual de alunos matriculados na rede pública de ensino, entre outros subsídios pertinentes a este trabalho; e a seção 5 expõe as considerações finais sobre os resultados alcançados e as recomendações para pesquisas futuras; agregado a isto seguem ao final as referências utilizadas para a construção e desenvolvimento do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este item tem como propósito oferecer uma base teórica acerca do *Crescimento* e do *Desenvolvimento Econômico*, bem como dos fatores responsáveis pela ocorrência de tais fenômenos, que são: as *Variáveis determinantes para o desenvolvimento econômico* e os *indicadores do grau de desenvolvimento*. Para tanto, serão de extrema importância consultar o que dizem sobre o assunto, teóricos como: Cacciamali (2011), Gemaud e Júnior (2007), Alves e Vasconcellos (2011), Kury (2001), entre outros.

2.1 Crescimento Econômico e Desenvolvimento Econômico

O Crescimento Econômico, bem como o Desenvolvimento Econômico de um determinado país gera discussões, inclusive no que se refere a seus conceitos visto que há teóricos que os consideram como fenômenos semelhantes, enquanto, outros os veem como distintos. Cacciamali (2011, p. 170) conceitua Crescimento Econômico como: “[...] um processo através do qual a renda per capita de uma dada sociedade se eleva persistentemente”. Trata-se de um fator que impulsiona mudanças significantes qualitativa e quantitativamente, que dizem respeito a: taxa de natalidade, de mortalidade infantil, expectativa de vida, ente outros indicadores.

Embora, na opinião de *ibid.* (2011) não se tratem de um mesmo fenômeno, Cacciamali (2011) aborda o Crescimento e o Desenvolvimento Econômico como fenômenos interligados. Para *Ibid.* (2011, p. 170), o Desenvolvimento Econômico “[...] pressupõe que [...] a maior parte da população dessa sociedade seja a principal beneficiária das mudanças em andamento”. Dessa forma o Desenvolvimento Econômico é responsável pela elevação do padrão de vida de uma determinada população e essa elevação é percebida nos setores da saúde, da qualificação pessoal e profissional, do acesso à educação e aos direitos humanos.

Segundo Caccimali (2011), Crescimento Econômico é um fenômeno de caráter quantitativo, o Desenvolvimento Econômico atinge a sociedade de

forma a beneficiar a maioria das classes. Deste modo, abrange toda a estrutura social, influenciando a economia, a política, a educação visando assim, promover melhorias no padrão de vida e no bem estar coletivo.

A renda per capita elevada não é crucial para diagnosticar o nível de Desenvolvimento de um país, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (PNUD *apud* CACCIAMALI, 2014, p. 171), “[...] no Brasil, a renda das 10% famílias mais ricas é cerca de dezesseis vezes maior do que a renda das famílias 20% mais pobres”. Estes dados revelam que a distribuição de renda no Brasil é realizada de forma heterogênea e beneficia em grande escala uma pequena parte da população. A desigualdade social no Brasil é sentida quando se compara as Regiões Brasileiras, pois, dentre as cinco regiões, o Nordeste é a que apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Alves e Vasconcellos (2011, p. 561) defendem que “[...] o crescimento da produção e da renda decorre da variação na quantidade e na qualidade de dois insumos básicos: capital e mão de obra”. Os autores ainda acrescentam que existem cinco fontes de crescimento: aumento na força de trabalho; capacidade produtiva; melhoria na qualidade da mão de obra; melhoria tecnológica; e eficiência organizacional. E para que o Crescimento Econômico de um país ocorra de forma satisfatória é necessário que estas fontes encontrem-se em equilíbrio.

Os conceitos de Crescimento e de Desenvolvimento Econômico são amplos e complexos. De acordo com Gemaud e Júnior (2007, p. 395), “Quando se diz que um país é desenvolvido, o que se quer ressaltar é que as condições de vida da população daquele país são boas, e quando diz que um país é subdesenvolvido, [...] a maior parte da população residente naquele país tem condições de vida sofríveis”.

Com isso é possível compreender que existem vários indicadores que determinam o índice de desenvolvimento de uma determinada nação. Embora seja vasto e complexo, o conceito de desenvolvimento, na opinião de Coutinho (2013, p. 24), desenvolvimento implica em:

Um processo de luta de classes em meio ao qual o capitalismo, entendido como uma necessidade histórica, terminaria por ceder lugar, em razão as das necessárias contradições internas que carrega consigo, a uma forma de organização social sem classes na qual uma forma limitada de governo – a ditadura do proletariado – permitiria que a transição para o socialismo se completasse.

Para Ibid. (2013) somente existiria desenvolvimento social pleno a partir do momento que a população vivesse de forma igualitária, de modo que todos usufríssem dos mesmos direitos.

Para entender e identificar os fatores que determinam o Crescimento Econômico de um país existe duas teorias principais de crescimento econômico: a Teoria *Harrod-Domar*, de inspiração Keynesiana; e a Teoria *Solow-Swan*, de inspiração Neoclássica. Segundo Gemaud e Júnior (2007, p. 397), as principais divergências entre estes dois modelos são: “a) a especificação da função da produção – coeficientes fixos e variáveis; e b) a função investimento”.

Em suma, o modelo teórico de *Harrod-Domar* “parte de uma função de produção com coeficientes fixos, isto é, a quantidade de capital e de trabalho para se gerar um determinado volume de produto é determinada univocamente” (GEMAUD; JÚNIOR, 2007, p. 397). Em contrapartida o modelo de *Salow-Swan* admite a função de produção com coeficientes variáveis e rejeita a hipótese de separar as poupanças e os investimentos.

2.2 Variáveis determinantes para o desenvolvimento econômico

Vários fatores são determinantes e imprescindíveis para que aconteça o chamado desenvolvimento econômico, uma vez, que para que ocorra tal fenômeno faz-se necessário o bom andamento de variáveis como: investimento e tecnologia; além de indicadores sociais como: PIB *per capita*, IDH, Coeficiente de Gini, entre outros. Por isso, de acordo com Cacciamali (2011, p. 470), “os estudos sobre a evolução da distribuição de renda e de outros indicadores sociais são importantes para detectar se de fato o crescimento econômico está acarretando o desenvolvimento econômico e humano, ou seja, se está atingindo a maior parte da população”.

- **Investimento**

De acordo com Kury (2001, p), investimento significa “1) ato ou efeito de investir; 2) aplicação de capitais; transação financeira”. Quando se trata do setor econômico, investimento ainda pode significar aplicação de capital em meios de produção, com intuito de expandir a capacidade produtiva. O investimento se dá de duas maneiras: investimento bruto e investimento líquido. Quando se trata de finanças, investimento ainda pode significar a aquisição de ações, letras de câmbio e outros papéis, daí tem-se o investimento financeiro, que é realizado através do sistema financeiro.

Pode-se dizer que o sistema financeiro é movido a partir da poupança e do investimento. Porém são elementos distintos, pois, que poupa não tende a investir. O investimento financeiro se detém a realizar negociações de títulos financeiros. Com isso repõe o valor de compra da moeda perdido com a inflação. É de suma importância ressaltar que para realizar o investimento faz-se necessário que a poupança seja destinada para este fim.

Para que a economia se consolide necessita-se de investimento. Neste sentido, os investidores internacionais exercem um papel importante no desenvolvimento dos países, pois, estes sujeitos optam por investir em mercados internacionais, em vez de nacionais, visando maiores lucros; menores riscos; menor volatilidade por meio da diversificação.

Os investidores internacionais, segundo Pinheiro (2012, p. 49) veem no Brasil uma oportunidade de intensificar sua rentabilidade.

Os investimentos em mercados internacionais geralmente são feitos com: investimento direto em ações desses mercados; investimentos indiretos, mediante aquisição de empresas com registros em bolsas de outros países; fundos mútuos abertos e fechados, fundos fiduciários ou companhias de investimento; recibo de depósitos de ações (DRs).

Embora, os investidores internacionais tragam efeitos positivos, também trazem efeitos negativos, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 Efeitos positivos e negativos dos investidores internacionais

Efeitos positivos	Efeitos negativos
<ul style="list-style-type: none"> - Melhora na imagem internacional do país; - com entrada de divisas, o governo pode financiar seu deficit por prazos maiores e com taxas de juros menores; - aumento no fluxo de divisas favorece as empresas, propiciando maiores facilidades para investimentos em imobilizado e no aumento da produção, com custos mais favoráveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - um incremento descontrolado do fluxo de divisas pode causar desequilíbrio nas contas do país; - quando um país abre o mercado ao mesmo tempo em que busca uma estabilidade financeira, os investidores passam a preocupar-se com o cumprimento das tarefas do governo (ajuste fiscal, reformas constitucionais, etc.) e a qualquer sinal de dificuldade para exercê-las, eles perdem a confiança e retiram abruptamente seus recursos; - o país tem dificuldades para controlar uma fuga de capitais numa eventual crise financeira internacional.

Fonte: Pinheiro (2012, p. 49)

Os investidores são classificados em dois grupos: particulares ou individuais e institucionais. Acerca dos grupos de investidores, Pinheiro (2012, p. 199) postula:

Particulares ou individuais, que são pessoas físicas ou jurídicas que participam diretamente no mercado, seja comprando ou vendendo ações, por si próprios, assumindo sozinhos o risco; e institucionais, que são as pessoas jurídicas que movimentam recursos vultosos no mercado financeiro de forma geral.

A diferença entre estes grupos de investidores reside no fato de que os investidores individuais são pessoas físicas ou jurídicas que assumem mais risco, uma vez que investem sozinhos; já os investidores institucionais, são pessoas jurídicas que investem seu capital no mercado financeiro por determinações governamentais.

• Tecnologia

O avanço tecnológico é um importante fator no desenvolvimento de um país, estado, região ou município. A tecnologia é uma grande aliada da economia no que se refere ao aumento da produção e da renda de um país. Existe um leque de definições para o termo tecnologia. Para Kury (2001, 764) tecnologia consiste no “[...] conjunto de conhecimentos, em especial de princípios científicos, que se aplicam aos diversos ramos de atividade”. Dessa forma, a tecnologia interfere no setor econômico, uma vez que ela é responsável por uma grande demanda do setor industrial.

A tecnologia possibilitou o aumento da renda *per capita* e a redução da pobreza em vários países. A capacidade tecnológica nos dizeres de Rossetti (2003, p. 131)

É constituída pelo conjunto de conhecimentos e habilidades que dão sustentação ao processo de produção, envolvendo desde os conhecimentos acumulados sobre as fontes de energia empregadas, passando pelas formas de extração de reservas naturais, pelo seu processamento, transformação e reciclagem, até chegar à configuração e ao desempenho dos produtos finais resultantes.

A partir das considerações de Rossetti (2003), nota-se que a tecnologia e a capacidade tecnológica perpassam um estado de habilidade industrial e se aplicam em vários setores sociais.

A capacidade tecnológica é distribuída em três categorias/tipologias: capacitação para atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D); capacitação para desenvolver e implantar novos projetos; capacitação para operar as atividades de produção. Cada uma das tipologias possui uma finalidade no processo tecnológico. O Quadro 2 apresenta as atribuições de cada tipologia tecnológica.

Quadro 2 Tipologias tecnológicas e suas atribuições

Capacitação para atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D)	Traduz-se pelo talento, pelo conhecimento e pelas habilidades requeridas para atividades de pesquisa básica e aplicada. Envolve tecnologias de armazenamento, processamento, interpretação, fusão e interação de conhecimentos técnico-científicos. Fundamentalmente resulta em <i>invenções</i> .
Capacitação para desenvolvimento e implantação de projetos	Traduz-se por conhecimentos e habilidades para formatar projetos de novos processos e de novos produtos. Envolve a seleção e a combinação de tecnologias dominadas e de última geração para definir plantas e viabilizar a produção de protótipos em escala econômica. Fundamentalmente, é a passagem da <i>invenção</i> à <i>inovação</i> .
Capacitação para operar o processo de produção	Traduz-se por capacidades associadas à operação do processo produtivo. Envolve habilidades relacionadas à manutenção de plantas, ao planejamento e controle da produção, à otimização do processo e ao controle da qualidade dos produtos resultantes. Diz respeito também aos relacionamentos com os demais integrantes da cadeia produtiva em que a atividade se situa.

Fonte: Rossetti, 2003, p.132

O processo tecnológico necessita recursos que ajam nos setores de pesquisa e desenvolvimento.

Os recursos aplicados em pesquisa e desenvolvimento, o número de instituições e pessoas envolvidas nessas atividades, as invenções patenteadas pelos pesquisadores e cientistas nacionais e os contratos de licenciamento e de absorção de tecnologias desenvolvidas em outras nações são as fontes usuais do processo de desenvolvimento tecnológico (ROSSETTI, 2003, p.134).

Então, o desenvolvimento tecnológico atua além da capacidade de produção, e se vale da capacidade de produção, da capacidade de planejamento e articulação de projetos, visando a invenção de novos produtos, que serão, mais tarde, incorporados ao cotidiano, pela sociedade.

2.3 Indicadores do grau de desenvolvimento

Também conhecidos como Indicadores Sociais, os indicadores do grau de desenvolvimento “fornecem informações que dizem respeito diretamente à qualidade de vida da população de um país, como esperança de vida da população ao nascer, médicos e leitos hospitalares por habitante, acesso a água potável, etc.” (GEMAUD; JÚNIOR, 2007, p. 402).

A respeito dos indicadores sociais, Gemaud e Júnior (2007, p. 402) destacam que ocorreram mudanças positivamente, pois, “[...] tanto a esperança de vida da população brasileira ao nascer cresceu como a taxa de mortalidade infantil caiu significativamente, o analfabetismo caiu, etc.”

Mesmo tendo evoluído, nos últimos anos, no que se refere à questão da qualidade de vida, o Brasil ainda encontra-se em posição mediana em nível mundial, portanto, ainda é inferior aos países de Primeiro Mundo. Nesse estudo serão usados os seguintes indicadores sociais: PIB *per capita*, o IDH, o Coeficiente de Gini, o grau de pobreza, a distribuição de renda, etc.

• PIB *per capita*

Sigla utilizada para representar o Produto Interno Bruto de um determinado território, o PIB *per capita* consiste na representação fracionária que cada pessoa de uma dada sociedade receberia, caso o produto interno bruto daquele território fosse distribuído de forma igualitária entre seus habitantes.

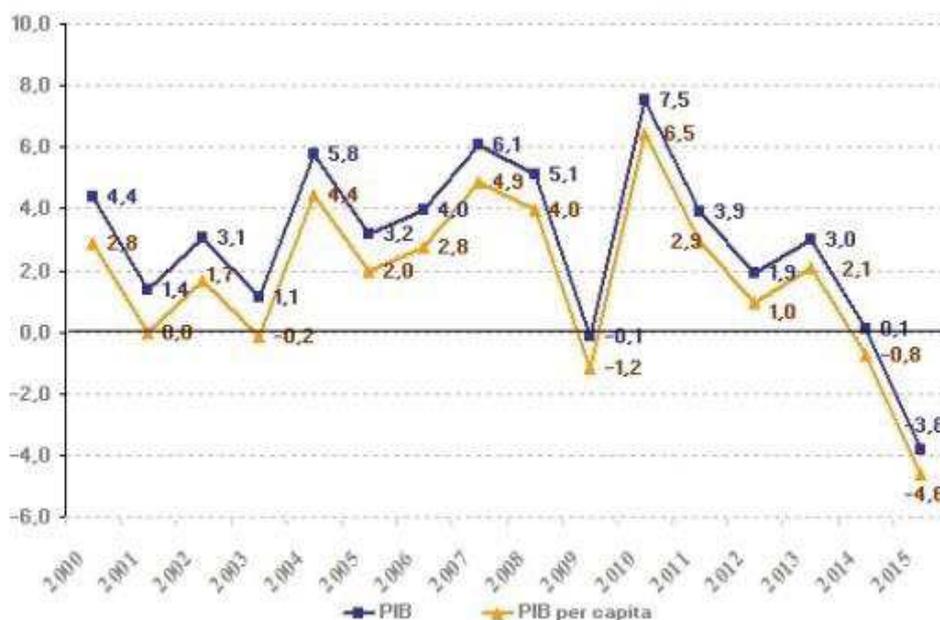
Os países que possuem o PIB elevado tendem a serem mais desenvolvidos em relação àqueles em que este indicador é mais baixo.

O PIB é um indicador social bastante utilizado no setor da Economia, é medido a partir de bens e produtos finais; Serviços; Investimentos; e gastos do Governo. Para se calcular o PIB de um país, estado, região ou município podem ser utilizados três métodos:

- Método 01 – Riqueza – resulta da soma de tudo que é produzido:
 - Resultados da indústria;
 - Resultados da agropecuária;
 - Resultado dos serviços.
- Método 02- Demanda – resulta da soma de tudo que é comprado:
 - Consumo das famílias;
 - Consumo do Governo;
 - Investimento do Governo e Exportações.
- Método 03- Renda - resultante da soma de todas as remunerações:
 - Salários;
 - Juros;
 - Alugueis;
 - Lucros distribuídos.

O cálculo destes três métodos devem sempre obter o mesmo resultado, isto é, **MÉTODO 01 = MÉTODO 02 = MÉTODO 03**

O Gráfico 1 mostra que o PIB brasileiro e o PIB *per capita*, avançaram positivamente.

Gráfico 1 PIB e PIB *per capita* no período de 2000 a 2015

Fonte: IBGE, 2016.

Observa-se que o PIB brasileiro no ano de 2000 marcava 4,4; no ano seguinte, caiu para 1,4, caracterizando um saldo negativo. Em 2002 PIB voltou a crescer passando para 3,1; no ano de 2003 caiu novamente para 1,1. No ano de 2004, houve um salto no PIB do Brasil, que evoluiu bastante passando a marcar 5,8. Em 2005, este indicador sofreu declínio chegando a marca de 3,2.

Nos anos de 2006 e 2007 o PIB cresce novamente, já em 2008 sofre outra queda passa então a marcar o valor de 5,1, que ainda é considerado razoável, em termos econômicos. O ano de 2009, passou por uma fase crítica, chegando a fechar com saldo negativo de -0,1. Em 2010, o país eleva o PIB, para 7,5, o maior índice da década. Já os anos seguintes são marcados por uma queda considerável, atingindo novamente saldo negativo de -0,1 no ano de 2014 e de -3,8 em 2015.

É importante salientar que, conforme observado, na medida em que o PIB declina ou avança, o PIB *per capita* acompanha o declínio ou o avanço do primeiro indicador. Infere-se que os dois fenômenos são interligados.

- **IDH**

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de um país é responsável por avaliar um leque de informações, relacionadas à distribuição de renda, condições de saúde, educação, moradia, locomoção, entre outros. Segundo Gemaud e Júnior (2007), O IDH foi criado pela Organizações das Nações Unidas (ONU) com o intuito de avaliar e revelar o desenvolvimento dos países.

Gemaud e Júnior (2007) citam que aproximadamente 170 países utilizam o referido indicador social. O IDH resulta da média aritmética de três indicadores: um indicador de renda; um indicador de longevidade; um indicador do nível de educação. Este último leva em consideração dois outros fatores: a taxa de alfabetização de adultos e a taxa de matrícula na Educação Básica e na Superior.

Segundo a (PNUD, 2014) o Brasil, elevou sua taxa de desenvolvimento nos últimos anos, no entanto, ainda encontra-se em condições de médio desenvolvimento. O IDH é medido em uma escala que vai de zero a um. Sendo o Brasil, um país de médio desenvolvimento, está entre 0,5 e 0,8. Já os países de altíssimo desenvolvimento marcam um índice superior a 0,8, enquanto, os de baixo desenvolvimento estão abaixo de 0,5.

O Quadro 3 mostra a posição do Brasil no *ranking* mundial em relação aos outros países.

Quadro 3 Nível do IDH do Brasil em Relação a outros países (continua)

Posição	País	IDH
1º	Noruega	0,944
2º	Austrália	0,933
3º	Suíça	0,917
4º	Suécia	0,915
5º	Estados Unidos	0,914
6º	Alemanha	0,911

Quadro 3 Nível do IDH do Brasil em Relação a outros países (conclusão)

Posição	País	IDH
7°	Nova Zelândia	0,91
8°	Canadá	0,902
9°	Singapura	0,901
10°	Dinamarca	0,900
...
76°	Azerbaijão	0,747
77°	Jordânia	0,745
78°	Sérvia	0,745
79°	Brasil	0,744
80°	Georgia	0,744
81°	Granada	0,744
82°	Peru	0,737
...
178°	Moçambique	0,393
179°	Guiné	0,392
180°	Burundi	0,389

Fonte: ONU¹ – Relatório do Desenvolvimento Humano, 2014.

Além de ser utilizado para medir o grau de desenvolvimento dos países, o IDH também pode ser empregado para medir o índice de desenvolvimento de Regiões, Estados, Municípios, etc. As Regiões brasileiras, bem como os estados brasileiros, apresentam um enorme grau de desigualdade quando comparados.

O Rio Grande do Sul é o estado brasileiro com maior IDH, de acordo com Gemaud e Júnior (2007) se aproxima dos países com alto padrão de desenvolvimento. Já o Piauí, localizado no Nordeste, região brasileira com pior IDH, é o estado brasileiro com o desenvolvimento humano mais baixo, aproximadamente 0,5.

¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/brasil-avanca-uma-posicao-e-e-79-no-ranking-do-desenvolvimento-humano.html>> Acesso em: 07 jun 2015.

O Quadro 4 apresenta o *ranking* do IDH dos estados brasileiros em 2006.

Quadro 4 Ranking do IDH dos estados brasileiros (2006) (continua)

Posição	Estado	IDH
1º	Distrito Federal	0,874
2º	Santa Catarina	0,840
3º	São Paulo	0,833
4º	Rio de Janeiro	0,832
5º	Rio Grande do Sul	0,832
6º	Paraná	0,820
7º	Espírito Santo	0,802
8º	Mato Grosso do Sul	0,802
9º	Goiás	0,800
10º	Minas Gerais	0,800
11º	Mato Grosso	0,79
12º	Amapá	0,780
13º	Amazonas	0,780
14º	Rondônia	0,756
15º	Tocantins	0,756
16º	Pará	0,755
17º	Acre	0,751
18º	Roraima	0,750
19º	Bahia	0,742
20º	Sergipe	0,742
21º	Rio Grande do Norte	0,738
22º	Ceará	0,723
23º	Pernambuco	0,718
24º	Paraíba	0,718

Quadro 4 Ranking do IDH dos estados brasileiros (2006)

(conclusão)

Posição	Estado	IDH
25°	Piauí	0,703
26°	Maranhão	0,683
27°	Alagoas	0,677

Fonte: PNUD², 2006.

A partir da análise do gráfico acima, nota-se que a maior parte dos estados brasileiros ocupam as piores posições em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano.

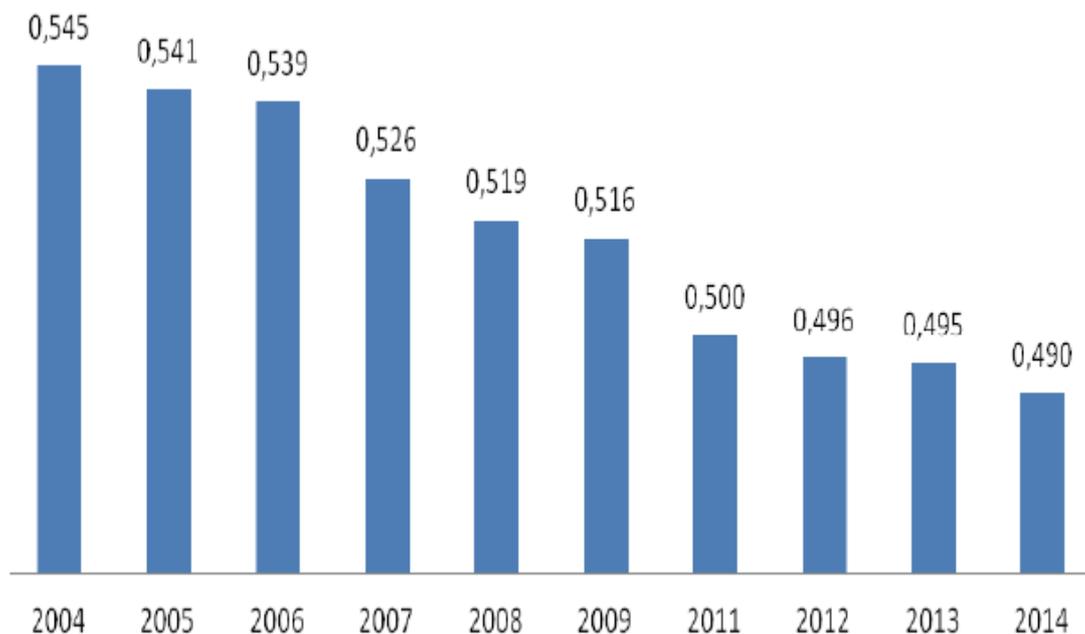
- **Coefficiente de Gini**

O índice de Gini, também chamado de coeficiente de Gini consiste em uma medida capaz de apontar o grau de concentração de renda em uma determinada sociedade ou território. O coeficiente de Gini varia de 0 (zero) a 1 (um), sendo que quanto mais próximo do zero menor é a desigualdade de renda num país, ou seja, melhor a distribuição de renda. Quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda de um país, ou seja, maior o grau de concentração de renda. (IPEA, 2004).

O Gráfico 2 traz os níveis de concentração de renda do Brasil a partir da década de 1960 em função da realização do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

² Disponível em: <<http://www.alunosonline.com.br/geografia/oidhdosestadosbrasileiros.html>>. Acesso em: 07 jun 2015.

Gráfico 2 Níveis de concentração de renda no Brasil



Fonte: Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira (Dados do IRPF 2015/2014, p.07)

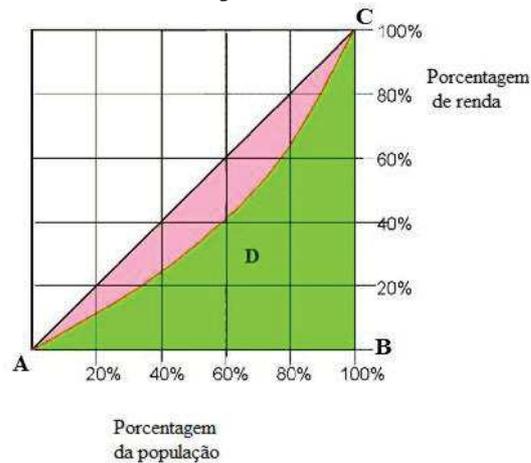
Trata-se de um indicador que também pode obter seus resultados com base na *curva de Lorenz*. Acerca da *curva de Lorenz*, Cacciamali (2011, p. 171) pontua:

É constituída a partir do referencial de eixos cartesianos da seguinte maneira: a) classifica-se, num dos eixos, a porcentagem acumulada de pessoas, famílias ou domicílios que recebem até um determinado nível de renda; b) no outro eixo, classifica-se a porcentagem acumulada da soma dos percentuais da renda calculada para cada porcentagem da população, de famílias ou de domicílios obtida no item anterior; c) com esses dados traça-se a curva de Lorenz correspondente.

Para se definir o coeficiente de Gini, através da curva de Lorenz, calcula-se: “1) a área compreendida entre a diagonal AC e a curva de Lorenz (linha ADC); 2) dividindo-se a área determinada no item anterior pela área do triângulo ABC” (CACCIAMALI, 2011, p. 172); feitos estes procedimentos obtém-se o Índice de Gini.

O Gráfico 3 demonstra a curva de Lorenz.

Gráfico 3 Demonstração da curva de Lorenz



Fonte: Cacciamali (2011, p. 472)

Matematicamente falando, o coeficiente de Gini pode ser descrito da seguinte forma:

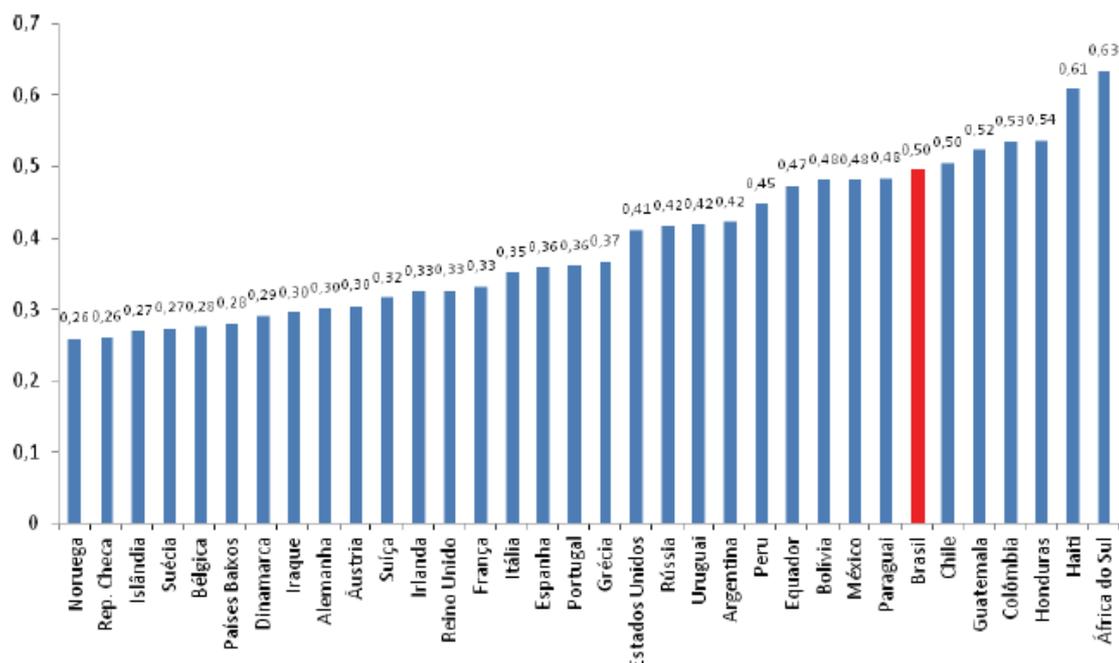
$$G = \frac{\frac{1}{2} - \sum_{i=1}^n T_i}{\frac{1}{2}}$$

Neste caso:

- G= coeficiente de Gini
- T_i = Área do i -ésimo trapézio

O Gráfico 4 ilustra a situação dos países em relação a concentração de renda, obtida através do índice de Gini.

Gráfico 4 Índice de concentração de Gini do Brasil em relação a outros países



Fonte: Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira (Dados do IRPF 2015/2014, p.04) (IBGE/PNAD 2013).

O Brasil é o sétimo país mais desigual economicamente, sua renda encontra-se concentrada em poder de uma pequena minoria que forma as classes sociais mais abastadas. Sendo que os países em primeiro lugar com maior índice de desigualdade são: África do Sul, Haiti, Honduras, Colômbia, Guatemala e Chile. O índice de concentração de Gini do Brasil encontra-se elevado em relação a outros países, como: Noruega, República Checa, Islândia, e Suécia, países estes com menor índice de desigualdade.

- **Distribuição de Renda**

A distribuição de renda é um fenômeno que merece atenção, pois, é essencial para definir várias questões em relação à economia de uma dada sociedade. Uma vez que, a renda é distribuída de maneira heterogênea, gera a chamada desigualdade social – um mal que assola a população, não só do Brasil, mas, de vários países do mundo – sobretudo – os do continente africano.

A distribuição de renda consiste na forma como o capital de um país é repartido entre seus habitantes. De acordo com Gemaud e Júnior (2007, p. 403), “[...] no Brasil, o setor terciário (serviços) gera mais de 50% da renda nacional; a indústria entre 35 e 40%; e a agricultura, 10%”. A distribuição de renda pode dar-se através de dois véis:

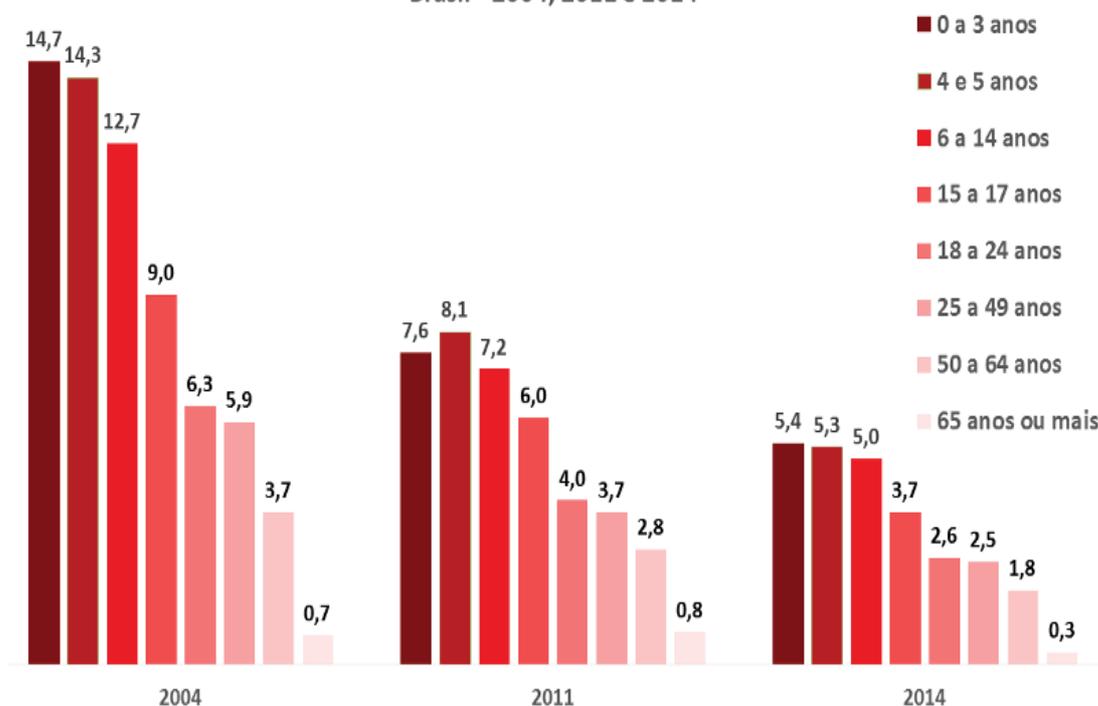
A divisão regional da renda - que procura mostrar qual a participação de cada uma das regiões brasileiras na renda do país; e a *divisão pessoal da renda* – que reflete o grau de concentração de rendimentos entre os residentes deste país, dividindo em grupos de população, dos mais pobres aos mais ricos (GEMAUD; JÚNIOR, 2007, p. 403. Grifo do autor)

O Brasil possui uma distribuição de renda heterogênea, este indicador ocasiona no surgimento de várias mazelas sociais, como: pobreza, fome, baixo índice de escolaridade, e acesso precário ao setor de saúde. Segundo Gemaud e Júnior (2007, p. 404), “[...] no Brasil, [...] os 20% mais ricos da população possuem quase 2/3 da renda do país, enquanto os 20% mais pobres do país, apenas 2,5% desta renda, ou seja, há uma diferença média de rendimentos entre estas duas faixas de renda de mais de 25 vezes”. Já em países desenvolvidos, a diferença entre a renda dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos é de aproximadamente oito ou dez vezes.

O grau de concentração da distribuição de renda, é medido por meio de índice de Gini, este indicador mostra que nos últimos anos houve uma mudança positiva no cenário econômico brasileiro. O referido índice procura medir a divergência que há entre a remuneração obtida pela classe trabalhadora e dos beneficiários dos programas sociais. Embora tenha avançado economicamente, o Brasil ainda possui a maior parte de sua renda concentrada. No entanto, na última década houve uma mudança positiva quanto à distribuição de renda no Brasil, o que ocasionou na redução do número de pobres no país.

O Gráfico 5 mostra a redução da taxa de pobreza n Brasil (1992-2011).

Gráfico 5 Redução da taxa de pobreza no Brasil (1992-2011)
Taxa de extrema pobreza por Faixa Etária
 Brasil - 2004, 2011 e 2014



Fonte: PNAD³ 2015

Nota-se que no ano de 2004 a proporção de pobres no Brasil na faixa etária de 25 a 49 anos era de 5,9%; no ano de 2011, sete anos depois, este índice caiu para 3,7%; e em 2014 continuou em queda com o percentual de 2,5% ou seja, estes dados indicam que o Brasil avançou economicamente no decorrer dos últimos anos.

Percebe-se que no período de dez anos, a queda da extrema pobreza foi mais acentuada entre crianças de 4 e 5 anos de idade, justamente onde era mais alta. O percentual caiu de mais de 14,7% em 2004 para cerca de 5% da população na faixa etária da primeira infância. Acerca da redução da pobreza no Brasil, Rocha (2013, p. 153) destaca “[...] a expansão das transferências assistenciais contribuiu, dentre outras variáveis, para que não ocorresse agravamento da pobreza diante da conjuntura econômica adversa”.

³ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/11/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-8-da-populacao>> Acesso em: 19 jan 2017.

- **Desigualdade de renda**

A pobreza é um dos indicadores mais preocupantes de uma sociedade, no Brasil, por exemplo, ainda é encontrada em larga escala. No entanto, ultimamente, a pobreza diminuiu consideravelmente, mesmo assim o número de famílias que vivem em condições econômicas precárias ainda é assustador. Mesmo sendo um vocábulo usual no dia-a-dia da população, o conceito de pobreza, assim como suas causas, é amplo e complexo. Kury (2001, p. 609) define *pobreza* como: “1) Estado ou qualidade de pobre; 2) Falta de recursos, de haveres; 3) Indigência, miséria, penúria; 4) A classe dos pobres”. A partir dos conceitos elencados por Ibid. (2001) é possível perceber que a palavra *pobreza* carrega mais de um significado em sua composição.

Para Gemaud e Júnior (2007, p. 404), “A pobreza em seu sentido absoluto pode ser definida como um estado de carência em relação a alguns indicadores mínimos relativos às condições de vida da população”. Neste prisma, entende-se que a pobreza torna-se extrema, quando as necessidades básicas do sujeito não são atendidas. Rossetti (2003, p. 273) defende que a pobreza pode se dar em dois níveis: pobreza relativa e pobreza absoluta.

O conceito de pobreza relativa é derivado direto das estruturas de desigualdade na distribuição de renda. Sob este prisma, a pobreza pode ser definida em relação a determinado padrão médio – como a renda média por pessoa ocupada, calculada para o conjunto da população economicamente ativa. Os que se encontram abaixo desse padrão são pobres em relação ao conjunto. Já o conceito de pobreza absoluta leva em conta não a posição relativa de determinada classe em relação à sociedade a que pertence. Ele parte da concepção de que pobreza e desigualdade social não são coisas iguais, embora se apresentem correlacionadas.

A pobreza relativa calcula-se através da obtenção de uma média da renda das classes, já a pobreza absoluta engloba aqueles indivíduos que estão em condições de vulnerabilidade, e que vivem em estado de desnutrição, marginalidade e desproteção. De acordo com Ibid. (2003, p. 278) a linha de *pobreza absoluta* possui duas abordagens de referência em sua definição:

A sobrevivência biológica – [...] trata-se de uma linha abaixo da qual não é possível a satisfação de necessidades biofisiológicas mínimas.

A satisfação de necessidades básicas – [...] é mais abrangente, incluindo também disponibilidade orçamentária para atender as exigências mínimas de vestuário, moradia, transportes, assistência à saúde e a educação.

A questão da pobreza absoluta também pode ser alargada, pois, existem dois conceitos de pobreza absoluta: o *conceito restrito de pobreza absoluta* – onde se consideram apenas as necessidades biofisiológicas dos indivíduos; e o *conceito ampliado de pobreza absoluta* que leva em consideração outras necessidades materiais do indivíduo. Segundo Rossetti (2003, p. 280), a partir destas duas linhas de pobreza absoluta são definidos outros dois indicadores com significados diferentes: a indigência e a pobreza.

As causas da pobreza em um determinado país, estado, município ou região são alvos de discussões, mas nem sempre, são identificadas e/ou solucionadas. *Baumol-Blinder; Samuelson; Ragan-Thomas et al* Rossetti (2003, p. 283-285) destacam que os fatores e causas da pobreza são:

- *Heranças históricas* – a escravidão e a servidão, ainda que legalmente abolidas, deixam marcas na estrutura distributiva das sociedades que as praticaram.
- *Macrocondicionalidades* – modelos de crescimento e de desenvolvimento definidos pelo poder público estabelecido podem impactar as estruturas de repartição, seja na direção de maior esforço redistributivo seja na de maior concentração da renda e da riqueza.
- *Retorno do capital humano* – as pessoas que destinam maior soma de anos em sua formação pessoal, sacrificando o lazer e outras alternativas de alocação de seu tempo, terão retornos futuros maiores em relação àquelas que não optaram pela acumulação desse tipo de “riqueza humana”.
- *Talentos e habilidades inatas* – em qualquer sociedade, há indivíduos que se destacam por talentos e habilidades superiores ao da média da população. [...]. O controvertido QI, o talento, o dom e a habilidade inata nas estruturas distributivas da sociedade como um todo.
- *Curva da experiência* – na maior parte das atividades humanas, a experiência conta como um fator de diferenciação. [...]. À medida que os anos passam, a experiência é valorizada como um bem econômico: ela minimiza a ocorrência de erros, implica potenciais mais altos de produtividade e eficiência e caracteriza-se como herança cultural cuja transmissão se valoriza e se remunera.
- *Estoques de riqueza acumulados* – a riqueza econômica acumulada, sob a forma de fatores de produção ou quotas de partes do patrimônio empresarial da sociedade, e também um fator que explica porque as rendas se diferem.
- *Poder de mercado* – [...] pessoas que se encontram em posições monopolistas têm capacidade para aumentar suas rendas por seu poder de mercado: a capacidade de impor parâmetros de recompensa que derivam da sua privilegiada posição.

- *Heterogeneidade ocupacional* – derivada da crescente divisão social do trabalho e da especialização, a crescente heterogeneidade ocupacional é também fator de diferenciação. [...]. Os mercados de trabalho não remuneram igualmente os profissionais da mesma área, atribuindo-lhes diferentes níveis de reconhecimento e de capacitação presumida.
- *Discriminação* – a discriminação, notadamente motivada por sexo e cor tem alta importância como fator explicativo das diferenças de renda e de riqueza. [...] Homens e mulheres não têm rendas equivalentes; e, quando separados também por grupos raciais, as diferenças revelam-se ainda mais acentuadas.

Muitos são os fatores e causas da pobreza, no entanto os Governos tentam amenizar a situação da desigualdade social e da pobreza, conseqüentemente, através de políticas de distribuição de renda, de promoção de acesso a educação e a saúde, bem como políticas de apoio a promoção da alimentação saudável e a prevenção de doenças e epidemias.

2.4 A Contabilidade Social como um instrumento de controle da economia

Conceitos e ideias referentes à economia e a situação econômica do Brasil, temas como Crescimento e Desenvolvimento econômico, indicadores sociais, investimento, tecnologia, entre outros fatores que influem na economia de um país foram temas discutidos ao longo deste estudo, mas somente possível graças a uma ciência denominada Contabilidade.

De acordo com o Dicionário Gama Kury da Língua Portuguesa, Contabilidade é “[...] parte de uma administração especialmente encarregada das contas” (Kury, 2001, p. 189).

Um dos ramos da Contabilidade, que merece atenção especial é a Contabilidade Social, que se caracteriza por elaborar métodos que permitem adquirir informações quantitativas e qualitativas de modo sistemático, possibilitando a compreensão e a contabilização das atividades econômicas de um dado país, para assim poder elaborar um parecer da real situação econômica do país.

Rossetti (1995, p. 18) define a Contabilidade Social da seguinte maneira: “[...] técnica similar às dos sistemas convencionais de contabilidade [...] cifradas em unidades monetárias, sobre vários tipos de transações econômicas

que se verificam, em determinado período de tempo, entre diversos setores e agentes do sistema econômico de um país”. É a partir da verificação das transações econômicas de um país que a Contabilidade Social elabora um parecer conclusivo da economia nacional e a compara com a dos outros países do mundo.

A contabilidade social é de certa forma um instrumento de transparência que permite que a população tenha acesso aos dados referentes a economia dos países. Trata-se de uma ciência social aplicada que atua com base nas transações econômicas das nações. De acordo com Rossetti (1995, p.49), “[...] as transações podem ser agrupadas segundo sua natureza econômica”. Cada país tem suas características próprias quanto à questão dos setores de produção. No Brasil, por exemplo, as transações giram em torno dos seguintes setores: agricultura, indústria e serviços. Estes setores condizem com as atividades primárias, secundárias e terciárias.

De acordo com Rossetti (1995), no campo das atividades primárias estão, respectivamente, a agricultura, a pecuária, a pesca e as atividades afins. Já, nas atividades secundárias estão as indústrias de transformação e de construção, desta forma, as tecnologias se encaixam neste setor. No setor das atividades terciárias estão as prestações de serviços, como comércio, transportes e intermediação financeira. É importante ressaltar que, nenhum desses setores atua de forma isolada, eles estão interligados e precisam da ação uns dos outros para obter êxito.

A economia de um país, além de ser composta por setores e subsetores, também agrega os *agentes ativos*, que, segundo Rossetti (1995, p. 52), são “responsáveis pelos diferentes tipos de ações que se registram no quadro operacional de um sistema econômico”. As Unidades Familiares fazem parte deste grupo de agentes. Por Unidades Familiares, entende-se todos os indivíduos empregados, ou seja, aqueles que de alguma forma contribuem para a realização das atividades primárias, secundárias e terciária. Ainda de acordo com Rossetti (1995, p. 52), fazem parte das Unidades Familiares, “todos os indivíduos que, embora não participantes do processo de produção, recebem transferências pagas pelo sistema de previdência social ou por outras entidades [...]”.

Aqueles indivíduos que recebem transferência de renda também fazem parte das Unidades Familiares, e também são responsáveis pelo poder decisório de destinação de renda. Partindo do pressuposto de que a transferência de renda é uma forma de diminuir a questão da desigualdade social no Brasil, no próximo item tem-se a exposição e a análise do Programa Bolsa Família.

2.5 O Programa Bolsa Família (PBF)

Neste item faz-se um levantamento histórico relacionado ao Programa Bolsa Família, no que diz respeito à implantação do programa, seu funcionamento, suas condicionalidades, e o órgão pagador, a partir das informações disponibilizadas pelos seguintes órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁴ Também serão abordados os estudos realizados por Rocha (2013), Rego e Pinzani (2014).

2.5.1 O Programa

O Programa Bolsa Família (PBF), criado pela Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, é um dos programas de distribuição de renda administrado pelo Governo Federal, que tem como propósito beneficiar famílias pobres com renda familiar entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 por pessoa, e famílias extremamente pobres com renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00. O capital do benefício é repassado mediante o atendimento das exigências (condicionalidades) do Governo Federal. O valor do PBF varia de R\$ 22,00 a R\$ 200,00 dependendo da situação socioeconômica em que a família se encontra e do número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens entre 16 e 17 anos que frequentem a escola.

⁴ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (MDS, 2006).

O Programa Bolsa Família foi instituído pela medida provisória nº 132, em 22 de outubro de 2003, a qual previa a unificação de quatro programas federais já existentes: Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. No ano seguinte, essa medida provisória foi transformada na Lei de nº 10.836, em 09 de janeiro de 2004. O PBF foi regulamentado pelo decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, tornando-se estratégia de enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Desta forma o Governo Federal visa à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros através do acesso à educação, bem como aos direitos sociais indispensáveis na área da saúde.

Segundo o MDS (2006), o Programa Bolsa Família integra o Programa Fome Zero, que tem como objetivo principal

[...] assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006, p. 12).

De acordo com Rego e Pinzani (2014, p. 180) “A má nutrição [...] torna os indivíduos mais sujeitos às doenças; ao mesmo tempo, diminui sua capacidade (física e mental) de trabalho, condenando-os ainda mais à miséria”. Para acabar ou minimizar a miséria do país o Governo Federal tem no Programa Bolsa Família um grande aliado, pois este proporciona um alívio imediato da situação em que o indivíduo se encontra.

2.5.2 Organização e Funcionamento do Programa Bolsa Família

- **O Cadastro Único – CadÚnico**

Para terem acesso ao Programa Bolsa Família, as famílias devem ser inscritas no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico), que é um organismo que caracteriza e identifica a família permitindo conhecer e diagnosticar a sua situação socioeconômica de um determinado núcleo familiar. A partir da validação do CadÚnico é gerado o Número de Identificação

Social (NIS) dos beneficiários. O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) utiliza como critério a renda familiar para selecionar os beneficiários do Programa. No entanto, cabe aos Municípios efetuar o cadastro das famílias em situação de vulnerabilidade, mediante o preenchimento do questionário padrão da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC, e elaborar relatórios de acompanhamento das contrapartidas.

A inscrição no CadÚnico não garante que a família venha a se beneficiar com os programas sociais, pois, a família somente passa a ser beneficiária do PBF ou de outro programa social mediante o cumprimento de critérios essenciais estabelecidos pelos programas. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2006, p. 22), a finalidade do CadÚnico é proporcionar as seguintes informações “[...] (a) identificação da famílias e das pessoas que a compõe; (b) características familiares; (c) identificação das residências e suas características; (d) renda familiar; (e) gastos da família; (f) informações sobre propriedades e participação em programas sociais, dentre outras”.

Após a realização do CadÚnico, deve ser feita a atualização dos dados da família a cada dois anos, no mínimo, ou sempre que houver mudanças: de endereço, renda familiar, número de integrantes da família, etc. O cadastro e/ou recadastramento das famílias deve ser realizado em domicílio, desta forma, o entrevistador pode investigar as reais condições socioeconômicas das famílias para que possa registrar com precisão as informações obtidas.

O Cadastro Único além de ser um aliado das famílias pobres no que se refere à questão dos programas sociais, é também um instrumento capaz de auxiliar e facilitar o trabalho do próprio município. Pois, o CadÚnico coleta dados referentes as condições: de moradia; escolaridades dos membros da família; acesso a água, esgoto, coleta de lixo; existência ou não de energia elétrica; ocupação dos membros da família; entre outras particularidades que dizem respeito ao Poder Público.

- **Gestão de Benefícios**

A Gestão de Benefício pode ser entendida como instrumento que engloba todas as demandas que envolvem a movimentação no pagamento dos benefícios sociais as famílias. Desta forma, cabe a Gestão incluir famílias nos programas sociais, realizar bloqueios, desbloqueios ou cancelamentos.

A regulamentação de PBF estabelece os seguintes tipos de benefícios: Básico, Variável de 0 a 15 anos, Variável à Gestante, Variável Nutriz, Variável vinculado ao adolescente e Benefício para Superação de extrema Pobreza. Cabe ressaltar o MDS prioriza o recebimento do benefício da família em nome da mulher, pois, acredita-se que a mulher administra o recurso visando às necessidades de todos os componentes da família.

O Quadro 5 traz o panorama de cada tipo de benefício, bem como seu valor e a situação econômico-social e a faixa-etária dos beneficiários.

Quadro 5 Critérios de elegibilidade do PBF (continua)

Benefício	Valor	Regra
Básico	R\$ 77,00	- Transferido às famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal <i>per capita</i> menor ou igual a R\$ 77,00); - Concedido mesmo quando não há crianças, adolescentes ou jovens na família.
Benefício Variável de 0 a 15 anos	R\$ 35,00	- Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade;
Benefício Variável à Gestante (BVG)	R\$ 35,00	- Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição; - Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês; - A identificação da gravidez é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde. O Cadastro Único não permite identificar as gestantes.
Benefício Variável Nutriz (BVN)	R\$ 35,00	- Transferido às famílias beneficiárias do PBF que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição; - Pagamento de seis parcelas consecutivas, a contar da data de concessão do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.
Benefício Variável Jovem (BVJ)	R\$ 42,00	- Transferido às famílias beneficiárias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos; - Limite de até dois benefícios por família; - O BVJ continua sendo pago regularmente à família até dezembro do ano de aniversário de 18 anos do adolescente.

Quadro 5 Critérios de elegibilidade do PBF (conclusão)

Benefício	Valor	Regra
Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP)	Caso a caso	- Transferido às famílias beneficiárias do PBF que estejam em situação de extrema pobreza (renda mensal <i>per capita</i> menor ou igual a R\$ 77,00), mesmo após o recebimento dos outros benefícios do PBF. O benefício para superação da extrema pobreza independe da composição familiar.

Fonte: MDS, 2014.

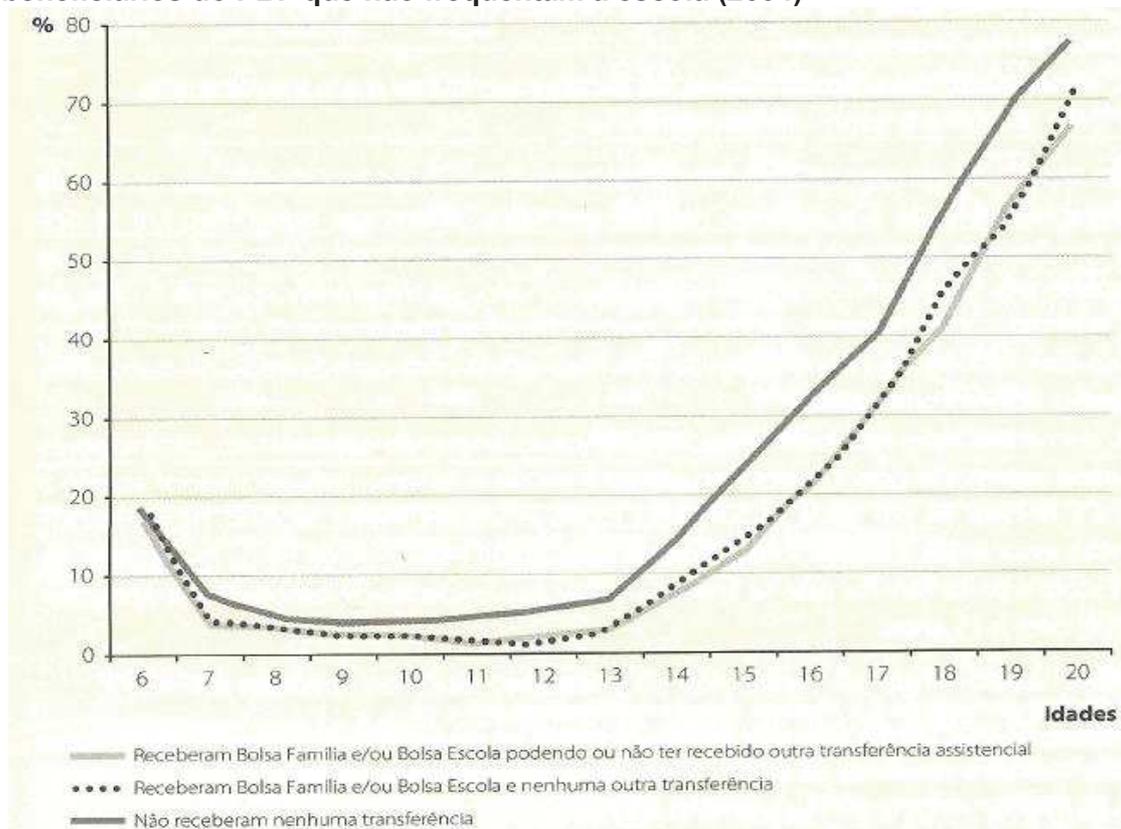
No momento em que esse trabalho se desenvolve, o PBF é parte integrante do Plano Brasil Sem Miséria, e funciona a partir de três eixos principais: a transferência de renda, que garante o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades, que promovem o acesso aos direitos sociais básicos; e as ações e programas complementares, que objetivam o desenvolvimento das famílias.

- **Condicionalidades**

Para garantir que crianças e adolescente frequentem as Escolas, e passem por um acompanhamento básico de saúde, visando prevenir doenças e epidemias, estrategicamente, o Governo Federal criou as condicionalidades. São obrigações que devem ser cumpridas tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo Poder Público.

O Gráfico 6 mostra o percentual de crianças e adolescentes beneficiados e não-beneficiados pelo PBF que frequentam a escola (2004).

Gráfico 6 Percentual de crianças e adolescentes beneficiários e não-beneficiários do PBF que não frequentam a escola (2004)



Fonte: Rocha (2013, p. 116) dados da PNAD, 2004.

Para serem contempladas com o Programa Bolsa Família, as famílias precisam, além de manter os filhos na escola; no caso das gestantes, fazer exames pré-natal, acompanhamento nutricional e conservar as vacinas em dias; e no geral, todos os membros da família beneficiária devem participar do acompanhamento de saúde, como: palestras educativas sobre aleitamento materno e alimentação saudável, principalmente as mães que amamentam. Por outro lado é responsabilidade do Poder Público assegurar as públicas sociais básicas de saúde, educação e assistência social. Para se cumprirem estas condicionalidades, a população conta com o apoio da Secretaria de Saúde, Educação e Ação Social.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2006, p. 36), os gestores municipais devem se encarregar de:

- Articular, capacitar e mobilizar os agentes envolvidos nos procedimentos de seu acompanhamento;
- Mobilizar, estimular e orientar as famílias beneficiárias sobre a sua importância;
- Realizar o acompanhamento sistemático das famílias com dificuldades, avaliando as causas e promovendo, sempre que necessário, a redução da situação de risco por meio da inserção da família em programas e ações voltados para combater os efeitos da vulnerabilidade identificada;
- Notificar formalmente o responsável legal pela família, quando identificar o não-cumprimento, conforme modelo padrão estabelecido na portaria MDS nº 551/2005; e
- Encaminhar, para o conhecimento da instância de controle social do Programa, a relação das famílias que devem ter o benefício cancelado em decorrência do não-cumprimento (MDS, 2006, p. 36).

A gestão de condicionalidade foi regulamentada pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), e os Ministérios da Saúde e da Educação por meio das Portarias Interministeriais MEC⁵/MDS nº 3.789, de 17 de novembro de 2004, com o objetivo de acompanhar as famílias, garantir seu acesso aos serviços públicos e identificar quais as famílias inadimplentes. Quando encontrada alguma irregularidade quanto ao cumprimento das condicionalidades do PBF, as famílias são notificadas.

O Quadro 6 mostra as consequências do descumprimento das condicionalidades.

Quadro 6 Consequências do descumprimento das condicionalidades (continua)

EFEITOS GRADATIVOS			
Nº	Famílias BFA e BVJ	DESCRIÇÃO DOS EFEITOS DE CONDICIONALIDADES	AÇÃO NO BENEFÍCIO
1º	Advertência	A família é notificada sobre o descumprimento da condicionalidade. Esse efeito fica registrado no histórico de descumprimento da família durante seis meses. Após esse período, se a família tiver um novo descumprimento, o efeito será uma nova advertência.	Nenhum efeito no benefício.

⁵ MEC – Ministério de Educação e Cultura.

Quadro 6 Consequências do descumprimento das condicionalidades (conclusão)

EFEITOS GRADATIVOS			
Nº	Famílias BFA e BVJ	DESCRIÇÃO DOS EFEITOS DE CONDICIONALIDADES	AÇÃO NO BENEFÍCIO
2º	Bloqueio (30 dias)	Se, no período de 6 meses da última advertência, a família tiver um novo descumprimento, o efeito será o bloqueio.	O benefício é bloqueado por 30 dias, podendo ser sacado junto com a parcela do mês seguinte.
3º	Suspensão (60 dias)	<p>Se, no período de seis meses após o efeito de bloqueio, a família tiver um novo descumprimento, o efeito será a suspensão.</p> <p>Se a família continuar descumprindo as condicionalidades dentro do período de seis meses após a última suspensão, ela receberá novo efeito de suspensão e, assim, sucessivamente — ou seja, a suspensão será reiterada.</p> <p>Se a família passar seis meses sem descumprir as condicionalidades e, depois desse tempo, tiver um descumprimento, o efeito será uma nova advertência.</p> <p>O número de suspensões reiteradas da família será monitorado no Sistema de Condicionalidades (Sicon) e representará um indicativo de que a família está em situação de vulnerabilidade, necessitando de uma ação da Assistência Social.</p>	O benefício é suspenso por 60 dias e não poderá ser sacado após esse período. Passados os dois meses, a família voltará a receber o benefício do PBF.
4º	Cancelamento	<p>O benefício somente poderá ser cancelado se a família:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estiver na fase da suspensão (período de seis meses após o último efeito de suspensão); • For acompanhada pela Assistência Social, com registro no Sicon; e • Continuar descumprindo as condicionalidades por um período maior do que 12 meses, a contar da data em que houver a coincidência de registro dos dois itens anteriores. 	Cancelamento do benefício.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2015.

Para que as famílias permanecem ligadas, ou seja, aptas a participar do PBF, é importante que sejam orientadas quanto à necessidade de cumprirem as condicionalidades, mantendo-se assim aptas para receberem o Benefício.

- **Órgão Pagador**

A Caixa Econômica Federal (CEF) é o órgão operador e pagador do PBF, órgão este responsável por calcular a renda *per capita* e estipular quanto deve receber cada família. O cálculo é feito com base nos dados do Cadastro Único realizados pelos municípios. Além de emitir os cartões magnéticos e efetuar mensalmente o pagamento do benefício, a CEF processa informações de acordo com os critérios estabelecidos pela SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, que rege o PBF e toma as principais decisões relativas a seu funcionamento. A SENARC define quem deve receber, quanto deve receber, além dos critérios para suspensão e corte do PBF.

De acordo com o MDS (2006, p. 17) a Caixa Econômica Federal atua como um agente operador, cabendo a ela as seguintes atribuições:

- Desenvolver sistemas para apoio à gestão do Programa;
- Processar os cadastros enviados pelos municípios, atribuindo um Número de Identificação Social (NIS) a cada pessoa cadastrada;
- Organizar e operar o pagamento dos benefícios (Art. 16 do Decreto nº 5209/04); e
- Comunicar a família sobre a concessão do benefício, emitir e entregar o cartão e divulgar o calendário de pagamentos (Art. 22 do Decreto nº 5209/04) (MDS, 2006, p.17).

De uma forma geral, os programas sociais funcionam como objeto de combate à desigualdade social, uma vez que promove a melhoria de vida da população. O Bolsa Família é um dos programas sociais que está tendo mais visibilidade no Brasil, e é também o que tem o maior número de beneficiários.

3 METODOLOGIA

Segundo Prodanov (2013, p. 14) “[...] é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

3.1 Classificação quanto aos objetivos

Quanto aos objetivos do trabalho utilizou-se de uma pesquisa do tipo descritiva. Pois buscou analisar, se com a implantação do Programa Bolsa Família em Camalaú os indicadores sociais do município melhoraram.

De acordo com Prodanov (2013, p. 14) a pesquisa descritiva acontece “[...] quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. A pesquisa descritiva demanda do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar.

3.2 Classificação quanto ao procedimento técnico

Quanto aos procedimentos técnicos adotados para a coleta dos dados, empregou-se pesquisa bibliográfica, com a utilização de estudo de caso. Segundo Fonseca (2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

A partir dos dados bibliográficos, foi utilizado o estudo de caso referente ao Programa Bolsa Família no Município de Camalaú, com intenção de analisar

o comportamento dos indicadores sociais no ano de 2014 em relação aos anos anteriores. Para Gil (2007, p. 54).

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.

Dessa forma o estudo de caso proporciona maior clareza nesse processo, tendo em vista avaliar uma unidade social como o Programa Bolsa Família e explicar as variáveis causais em situações complexas que não possibilitem a utilização de experimentos.

3.3 Classificação quanto à forma de abordagem do problema

Quanto à abordagem do problema, a presente pesquisa classifica-se como quantitativa considerando que tudo pode ser quantificável, ou seja, os números podem ser transformados em opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Esclarece Fonseca (2002, p. 20) “A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc”

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 O município de Camalaú - PB e o Programa Bolsa Família

4.1.1 O Município de Camalaú: levantamento histórico

O nome Camalaú tem origem indígena, mais precisamente do tupi-guarani. O território onde está situado o Município, já foi habitado por índios no passado. Com área de 543,688 km², localiza-se no Estado da Paraíba, na Mesorregião da Borborema, situada na Microrregião do Cariri Ocidental. De acordo com dados do IBGE (2015), sua população é de 5.749 habitantes, destes, 2.887 residem na zona urbana, enquanto, 2.862 vivem na zona rural; já, a densidade demográfica é de 10,57 habitantes/km².

A emancipação política do município de Camalaú deu-se através da Lei Estadual nº 2617, de 12 de Dezembro de 1961, no entanto, só foi instalado em 19 de Março de 1962, quando a Senhora Rosa Cardoso doou o terreno para a construção de uma Igreja.

Camalaú limita-se com os municípios do Congo e de Sumé, ao Norte; o Município de São João do Tigre, ao Sul; o estado de Pernambuco, ao leste; e os Municípios de Monteiro e de São Sebastião do Umbuzeiro, ao Oeste. Apresenta coordenadas geográficas 7°48'21" de Latitude Sul, e 36°49'21" de Longitude em relação ao Meridiano de *Greenwich*; a altitude é de 521 metros. (MARIANO SOBRINHO, 1996)

A sede do Município está a uma distância, de aproximadamente, 331,7 km de João Pessoa, a Capital do Estado (SUDEMA, 2008); Camalaú está dividido em dois distritos: Camalaú ou Distrito-Sede e Pindurão, á ou distrito de Pindurão. Também fazem parte do município cerca de cem comunidades rurais (sítios). Destas, as que se encontram mais próximas da cidade são: Sítio Salgadinho, Sítio Roça Velha I, Sítio Roça Velha II, Sítio Floresta, Sítio Madeira, Sítio Caroá, Sítio Rajada, Sítio Jerimum, Sítio Cangalha, Sítio Pinheiro, Sítio do Meio, entre outros.

A vegetação típica de Camalaú, assim como em grande parte do Semiárido paraibano, é a Caatinga, com ampla quantidade de cactos

(alastrado, facheiro, coroa-de-frade, mandacaru, palmatória, rabo-de-raposa, etc.), bromeliáceas (macambira, caroá, babosa, etc.) e árvores xerófitas (juazeiro, umbuzeiro, baraúna, angico, umburana, aveloz, catingueira, etc.). (MARIANO SOBRINHO, 1996)

O clima do município é denominado de Semiárido, quente e seco com chuvas escassas e irregulares. Camalaú é banhado pela bacia hidrográfica do Rio Paraíba, do qual se originam vários riachos: o da Raposa, o da Ipueira, o da Aguazinha, o do Lamarão, o da Craibeira, o do Pinheiro, etc.

Camalaú possui três símbolos municipais: Bandeira Municipal, Hino Municipal e Brasão Municipal. A Bandeira e o Hino de Camalaú foram criados pelo Professor Antônio Mariano Sobrinho e aprovados pela Câmara Municipal de Camalaú através das Leis Municipais nº 102/71 e 103/71. O Brasão é obra de José Mariano Filho aprovado pela Lei Municipal nº 80/90 (Anexo A).

O Governo Municipal de Camalaú é composto por um prefeito, um vice-prefeito, e secretários, formando o Poder Executivo; nove vereadores que compõem o Poder Legislativo; quanto ao Poder Judiciário, o município tem sua jurisdição na Comarca de Monteiro.

4.1.1.1 Aspectos socioeconômicos do Município de Camalaú

Camalaú é um Município com características rurais, mesmo na sede do município, as pessoas vivem de forma simples e harmoniosa, o índice de violência na cidade é pequeno, se comparado ao dos grandes centros urbanos. Uma das principais atividades econômicas é a agricultura familiar, onde se planta milho, feijão, batata-doce, jerimum, coentro, cebola, melancia, pepino, macaxeira, etc.

A maior parte dos agricultores camalauenses dispensa o uso de irrigação em suas plantações, pois preferem esperar pela chuva. Contudo, as chuvas são escassas e irregulares, e, isto ocasiona perda de grande parte da colheita. Outra importante atividade econômica do município é a pecuária, caracterizada pela criação de cabras, ovelhas, gado bovino, galinhas, porcos, cavalos e jumentos; estes animais são utilizados na alimentação, servem como

meio de transporte, e podem ser vendidos a fim de arrecadar capital para investir no sustento familiar.

Os camalauenses também fazem artesanato, entre os quais têm-se: a cerâmica, o crochê e a renascença. No momento em que este trabalho se desenvolve, as pessoas trabalham em pequenas fábricas de roupas denominadas 'fabricos'. Além das atividades econômicas já citadas, algumas pessoas também possuem renda advinda do funcionalismo público.

Os funcionários públicos do município têm seus salários pagos pela Prefeitura Municipal e pelo Governo do Estado, sendo que os funcionários estaduais trabalham na Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA ou na Escola Estadual⁶. As outras fontes de renda no município tratam-se dos benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (aposentadoria rural, aposentadoria por tempo de serviço, e ainda os Benefício de Prestação Continuada- BPC) e os benefícios dos Programas Sociais, especialmente os de transferência de renda.

4.1.1.2 O Programa Bolsa Família no Município de Camalaú: promoção de bem-estar social.

Os Programas de Transferência de Renda foram implantados no Município de Camalaú por volta do ano de 2001. Neste período as famílias camalauenses que se encontravam em situação de extrema pobreza foram contemplados com os seguintes benefícios: Bolsa Escola (R\$ 15,00 por criança de 06 à 16 anos que estavam matriculados na Rede Pública de Ensino), Bolsa Alimentação (R\$ 15,00 por criança de zero à 06 anos que estavam subnutridas) e Auxílio-Gás (R\$ 15,00a cada 2 meses essa renda era destinada a compra de gás). A política de unificação dos programas de transferência de renda permitiu que a população do município fosse contemplada com o Programa Bolsa Família, visando reduzir a pobreza e proporcionar melhores condições de saúde e educação, condições básicas para o desenvolvimento físico e psicossocial do sujeito.

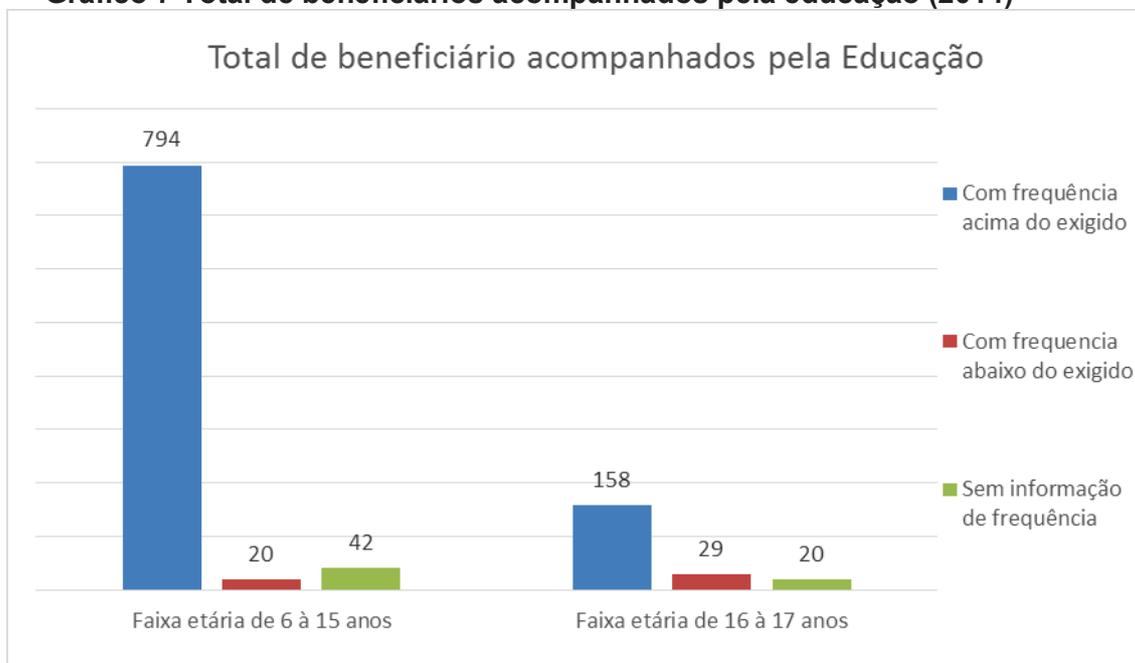
⁶ Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Pedro Bezerra Filho", localizado na Rua Antônio Galdino Chaves, nº 23, Camalaú - PB, criada através do decreto 142 de 22 de Janeiro de 1944, o funcionamento se deu por meio do decreto 11026 de 05 de Novembro de 1985.

Quando se associa o Programa Bolsa Família à questão do bem-estar físico e mental do sujeito, não se trata de afirmar que o capital disponibilizado através do benefício seja capaz de atender a todas as necessidades do cidadão, no entanto, as condicionalidades do Programa exigem que as famílias passem por um acompanhamento de saúde e de frequência escolar. O acompanhamento de saúde é solicitado principalmente nos casos de gravidez e lactação, e ainda no caso das crianças necessita do acompanhamento da vacinação e do peso.

Quanto ao acompanhamento escolar, este se dá na questão da frequência, pois, os alunos faltosos podem ter o benefício suspenso. O controle das faltas dos alunos da rede pública no Município de Camalaú é realizado através da Secretária da Municipal de Educação, mediante dados enviados pelos professores de Rede de Ensino do Município.

O Gráfico 7 apresenta o total de beneficiários acompanhados pela educação.

Gráfico 7 Total de beneficiários acompanhados pela educação (2014)



Fonte: MDS (2015)⁷

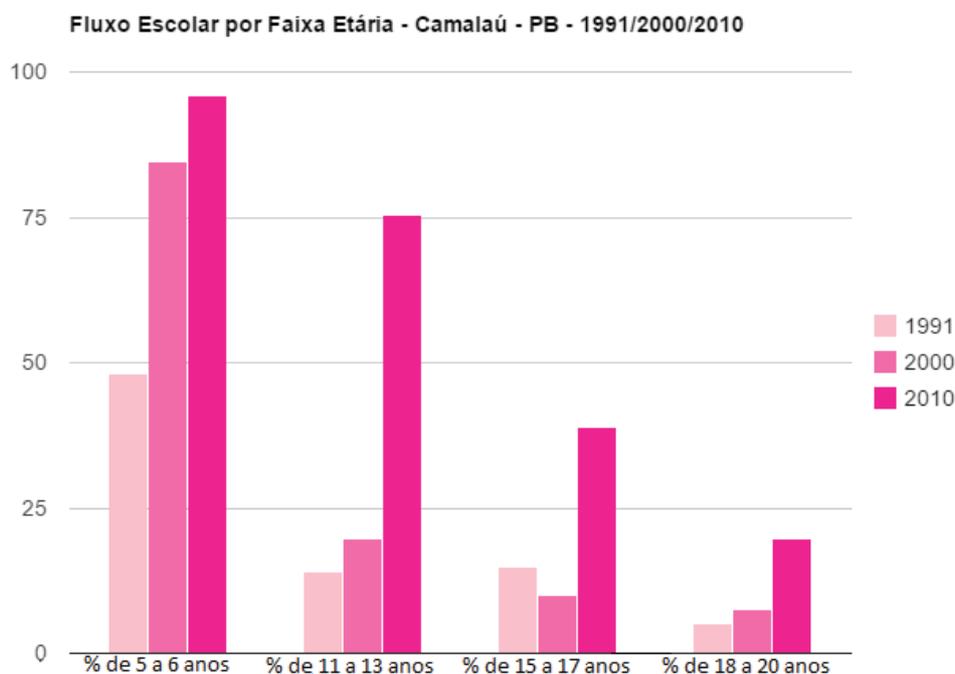
⁷ Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#VisãoGeral>>. Acesso em: 21 mai 2015.

Verifica-se que o Município de Camalaú no ano de 2014, possuía 92,7% dos alunos com faixa etária de 06 à 15 anos; e 76,3% com faixa etária de 16 à 17 anos com frequência acima do exigido. Com frequência abaixo do exigido, o município tinha 2,4% dos alunos de 06 à 15 anos e 14% dos alunos de 16 à 17 anos. Ainda há aqueles sem informação de frequência, com este perfil, havia 4,9% dos alunos com faixa etária de 06 à 15 anos e 9,7% de 16 à 17 anos.

É relevante frisar que a maior parte dos alunos do município possui frequência acima do exigido, isso reforça a importância da existência das condicionalidades do PBF, que atuam como instrumentos de acompanhamento e bem estar social.

As condicionalidades do PBF acabam influenciando de forma direta a permanência de crianças, adolescentes e jovens na Escola. Dados do IPEA (2013) revelam que, cresceu a taxa de alunos matriculados na Rede Pública de Ensino Básico do Município de Camalaú. O Gráfico 8 apresenta dados referentes ao fluxo escolar de alunos entre os anos de 1991 a 2010.

Gráfico 8 Fluxo escolar no Município de Camalaú (1991-2010)



Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2013)

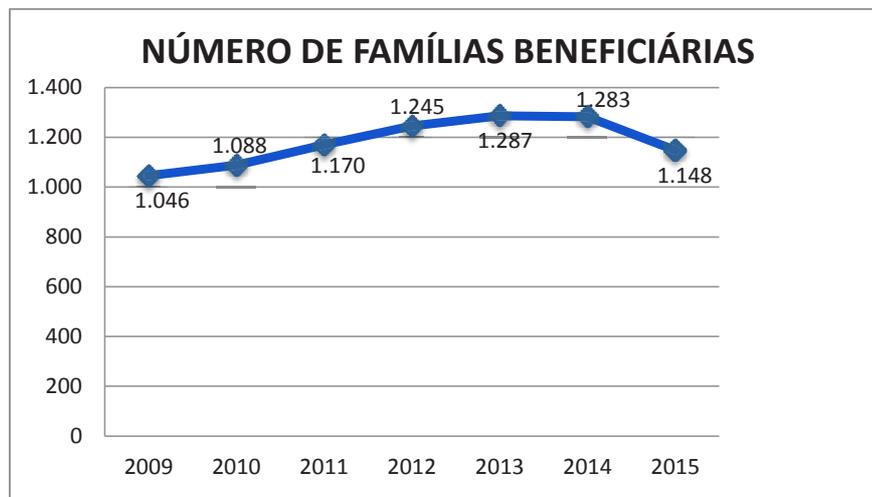
Nota-se que aumentou o número de alunos no Município em todas as faixas-etárias. A educação, fator que diz respeito ao IDH, tem passado por mudanças no Município de Camalaú, pois, a proporção de alunos frequentando a escola entre os anos de 1991 e 2010 aumentou 47,7%, para crianças com faixa-etária de 5 a 6 anos; 61,43%, para crianças de 11 a 13 anos; 24,12%, para jovens de 15 a 17 anos; e 14,63%, para jovens de 18 a 20 anos.

É notório que as condicionalidades do PBF influem na questão da permanência das crianças, adolescentes e jovens na escola. No entanto, as condicionalidades não atuam somente no campo da educação, pois as exigências do PBF também se dão na área da saúde, e, as famílias atendidas passam por um acompanhamento básico de saúde. Este acompanhamento se configura em: vacinação para as crianças, e em alguns casos para gestantes; exames pré-natal para gestantes; acompanhamento nutricional de crianças e gestante, entre outros.

O PBF contempla grande parte das famílias camalauenses. De acordo com o relatório do Plano Brasil sem Miséria (2015), dentre as famílias do Município de Camalaú, 2.046 são cadastradas no Cadastro Único, esse número supera as estimativas oficiais, dessa forma é possível que pessoas já cadastradas e não beneficiárias possam passar a receber o benefício. Em Março de 2013, Camalaú foi contemplado com mais um benefício integrante do PBF – o Brasil Carinhoso, que inicialmente era pago as famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, este benefício foi estendido a todas as famílias do Programa Bolsa Família.

O Gráfico 9, mostra a evolução do número de famílias camalauenses atendidas pelo PBF.

Gráfico 9 Número de famílias beneficiárias pelo PBF em Camalaú (2009-2015)



Fonte: Brasil sem Miséria (Portal da Transparência Municipal) 2015.

Desde a implantação do PBF no Município de Camalaú, ocorreram significativas mudanças quanto à questão do número de beneficiários. Observa-se que No ano de 2009, 1.046 famílias foram contempladas com o PBF; no ano seguinte, este número avançou para 1.088 famílias; em 2011 subiu novamente, alcançando a marca de 1.170 famílias; em 2012 esse número chegou a 1.245.

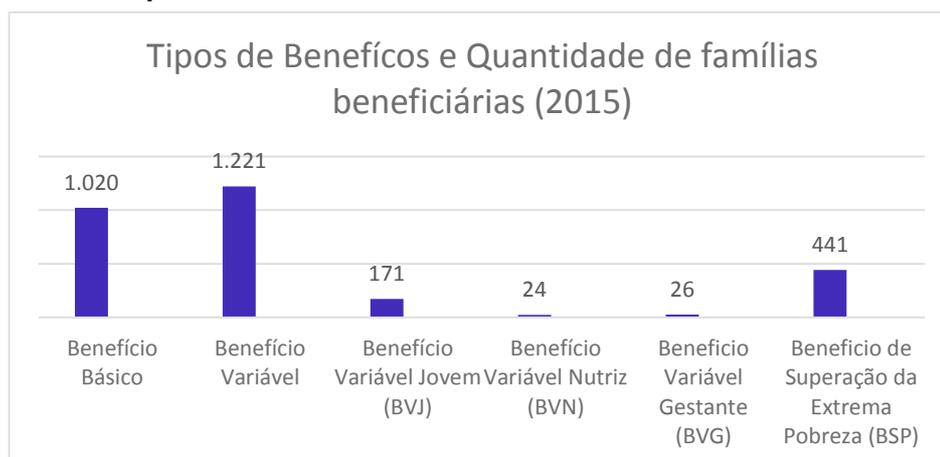
Neste prisma, percebe-se que entre os anos de 2009 e 2013 o número de famílias beneficiárias aumentou a cada ano. Enquanto que em 2014, caiu para 1.283; e, em 2015 reduziu para 1.148. Vários fatores podem ter influenciado essa redução, tais como: atualização cadastral, cancelamento de benefício por incondicionalidade, mudança da realidade econômica de algumas famílias, etc.

Em 2011 o PBF começou a disponibilizar recursos para atender gestantes e nutrizes, no município de Camalaú no mês de Janeiro de 2015, 24 famílias receberam o benefício variável à gestante (BVG) e 20 famílias foram contempladas com o Benefício Variável Nutriz (BVN). Com o intuito de proporcionar melhores condições de vida a sua população o Município de Camalaú implantou o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), trata-se de um centro que funciona em parceria com as secretárias de:

assistência social, saúde, educação, e as demais que estejam engajadas na luta pela erradicação da extrema pobreza.

No Gráfico 10 estão os tipos de benefícios e quantidade de famílias beneficiadas.

Gráfico 10 Tipos de benefícios e quantidades de famílias contempladas



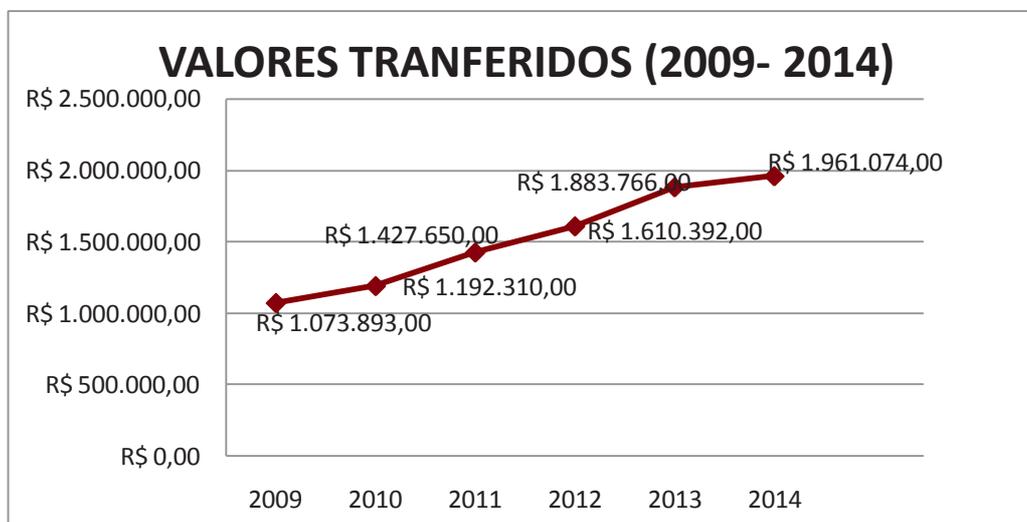
Fonte: MDS⁸ (2015)

Vê-se que o Município de Camalaú contempla, no momento em que esse trabalho se desenvolve, 1.020 famílias com o Benefício Básico, 1.221 com o Benefício Variável, 171 famílias com o Benefício Variável Jovem, 24 com o Benefício Variável Nutriz, 26 Benefício Variável Gestante, e 441 famílias recebem o Benefício de Superação da Extrema Pobreza. Nota-se que boa parte das famílias recebem tanto o Benefício Básico quanto o Variável, isso se deve ao fato de que o benefício varia de acordo com o perfil socioeconômico das famílias.

O PBF atua no Município de Camalaú como um mecanismo que promove distribuição de renda ocasionando em melhores condições socioeconômicas para os camalauenses, de modo que as famílias superem vulnerabilidade social. O Gráfico 11 traz os valores destinados ao financiamento do PBF no Município de Camalaú.

⁸Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#VisãoGeral>. Acesso em: 21 mai 2015.

Gráfico 11 Valores transferidos pelo PBF no Município de Camalaú (2009-2014)



Fonte: Portal de Transparência Municipal, 2015.

Identifica-se que entre o período de 2009 e 2014, o capital transferido cresceu a cada ano. Em 2009, foram destinados R\$ 1.073.893,00; em 2010 este valor se elevou 11,12%; no ano de 2011, o capital transferido aumentou 19,64%; no ano seguinte, majorou 12,80%; em 2013, o valor transferido continuou em crescimento com elevação de 16,98% em relação ao ano anterior. Em 2014, ano em que foi reduzida a quantidade de famílias beneficiárias do PBF, o valor transferido continuou crescendo, este episódio se deve ao fato do reajuste que ocorreu no referido programa, que passou de R\$ 70,00 para R\$ 77,00. Este reajuste justifica o aumento de 4,10% do valor repassado no ano de 2014, mesmo tendo diminuído a quantidade de beneficiários.

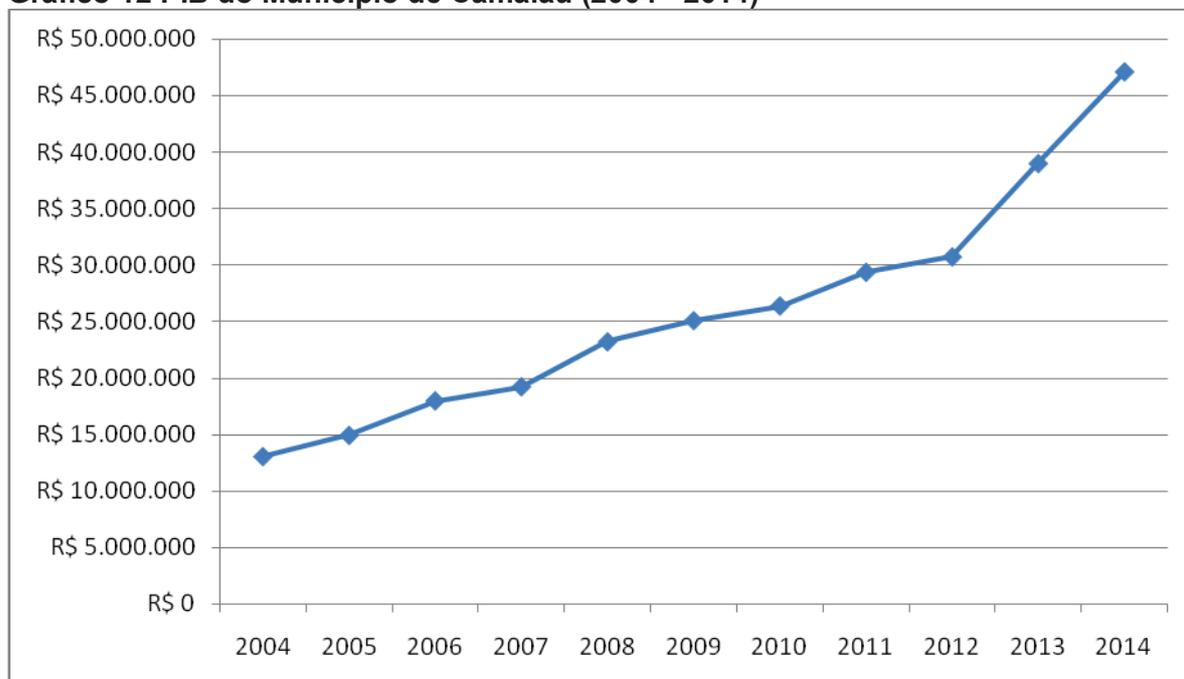
Nas últimas décadas, Camalaú evoluiu economicamente, a renda *per capita* aumentou 136,33%. Em 1991 a renda *per capita* mensal do Município era de R\$ 102,79, passou para R\$ 145,33 em 2000, e avançou para R\$ 242,92 em 2010. De acordo com o IPEA (2015) a taxa média de crescimento anual do Município de Camalaú neste período foi de 4,63%.

O Índice de Gini de Camalaú passou de 0,42 em, 1991, para 0,49, em 2000, e em 2010 passou para 0,46. Nas últimas décadas elevou-se o PIB *per*

capita do Município, no entanto a renda ainda encontra-se concentrada nas mãos de uma minoria.

O Gráfico 12 apresenta dados referentes a este indicador social.

Gráfico 12 PIB do Município de Camalaú (2004 - 2014)



Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS dados demográficos e socioeconômicos – IBGE⁹.

Com o crescimento econômico e populacional do município, cresceu também o número de empregos. Dados do IPEA (2013) comprovam que a taxa de atividade cresceu entre os anos de 2000 e 2010, durante este período o respectivo indicador evoluiu de 65,2% para 65,8%.

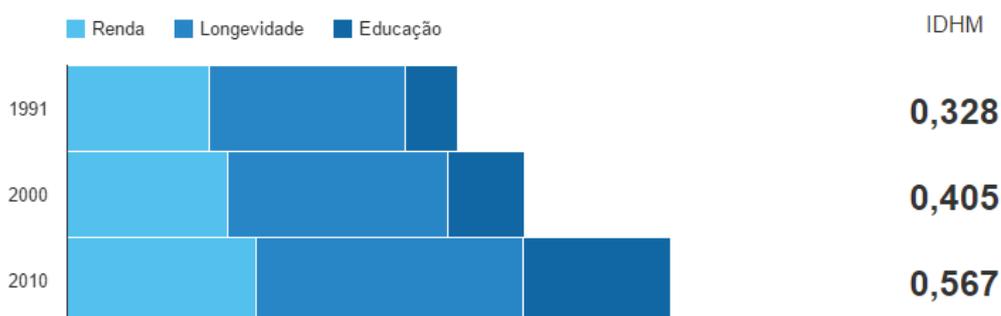
Os indicadores sociais do município de Camalaú evoluíram positivamente, com a implantação do PBF no Município. E, O IDHM superou as expectativas, passando de 0,328 em 1991 para 0,567 em 2010, no entanto o município de Camalaú ainda possui IDHM baixo, ocupa a 4903^o posição entre os 5565 municípios brasileiros.

No período entre os anos de 2000 e 2010, a população camalauense obteve crescimento médio anual de 0,61%, neste mesmo período o Brasil

⁹ Disponível em: <www.deepask.com/goes?page=camalau/PB-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>. Acesso em: 19 jan 2017.

aumentou sua população em 1,17%. Na mesma década, a população da zona urbana em Camalaú aumentou de 41,60% para 50,22%, esta migração se deu principalmente por causa da escassez de chuvas e falta de atividades econômicas na zona rural. O Gráfico 13 mostra a evolução do IDHM de Camalaú.

Gráfico 13 O IDHM de Camalaú (1991-2010)



Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2015)

Dados do PNUD (2015) revelam que no ano de 2010, 99,52% da população camalauense possuía energia elétrica em casa, este índice se elevou, pois, em 1991, apenas 41,29% da população possuía energia elétrica em casa. As condições de moradia são primordiais para a questão da saúde, por isso, o tratamento de água, bem como o destino correto do lixo são serviços indispensáveis à vida do cidadão.

Partindo desse pressuposto, o Município de Camalaú foi contemplado com o Programa Água para Todos, que entregou 476 cisternas na zona rural do Município de Camalaú. O programa visa o armazenamento de água para o consumo humano, além de ser uma estratégia de manter as pessoas no campo, evitando assim o êxodo rural, que é um fator que vem crescendo nos últimos tempos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou analisar o Programa Bolsa Família no Município de Camalaú através de indicadores sociais, quantidade de famílias beneficiadas, tipos de benefícios e a influência das condicionalidades do programa para manutenção da frequência escolar.

De modo geral, é possível afirmar que o Programa Bolsa Família teve um impacto relevante no Município de Camalaú, pois, a partir da implantação do referido programa, o Município apresentou melhorias econômicas e em seus indicadores sociais. Na última década a renda *per capita* aumentou 97,59%, a taxa de crescimento anual evoluiu 4,63%, o índice de Gini passou de 0,49 a 0,46, o PIB municipal esteve em contínuo crescimento, a taxa de atividade (número de emprego) teve pequena elevação de 0,6% e o IDH passou de 0,328 para 0,567.

O Programa Bolsa Família contempla grande quantidade das famílias do município de Camalaú, dentre elas 2.046 são cadastradas no Cadastro único, porém no momento, somente 1.148 recebem o benefício, ajudando a superarem a extrema pobreza.

A contribuição mais positiva do PBF para o Município de Camalaú pode ser atestada pela ampliação da quantidade de alunos matriculados, o fluxo escolar demonstrado no gráfico 08, revela um acréscimo no número de alunos em todas as faixas etárias, principalmente de 11 a 13 anos. Também podemos notar um aumento de 92,7 % da frequência escolar dos alunos de 6 a 15 anos e de 76,3% com faixa etária de 16 a 17 anos, o PBF através de suas condicionalidades, garante a permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola.

Desta forma, pode-se frisar que os benefícios do PBF perpassam o auxílio monetário, e estende-se ao âmbito socioeducativo na Educação Básica.

Além de contribuir para a melhoria dos indicadores sociais, o PBF permitiu que muitas famílias extremamente pobres obtivessem uma renda mínima, e, com isso adquirissem poder de compra, o que impulsionou uma melhoria na economia do município.

A desigualdade social diminuiu com a implantação do PBF, mas ainda está longe de ser erradicada, com isso, faz-se necessária a continuidade de programas de assistencialismo, e também de campanhas que promovam ações cidadãs.

Dada a importância do assunto, sugiro para futuras pesquisas a averiguação de como é perpetrada a fiscalização das informações, prestadas pelo pelos beneficiários, no momento da entrevista para o Cadastro Único, no que se refere ao perfil social e econômico da família.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denisard Cnélio de Oliveira; VASCONCELLOS, Marco Antônio S. *In*: GREMAUD, Amaury Patrick. **Manual de economia. et al.** PINHO, Diva Benevides; Vasconcellos, Marco Antônio S de; TONETO, Rudiney (org.). 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Disponível em: http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_camalau_pb.pdf Acesso em: 17 de Agosto de 2017

CACCIAMALI, Maria Cristina. A desigualdade de renda no Brasil. *In*: GREMAUD, Amaury Patrick. **Manual de economia. et al.** PINHO, Diva Benevides; Vasconcellos, Marco Antônio S de; TONETO, Rudiney (org.). 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COUTINHO, Diogo R. **Direito, Desigualdade e Desenvolvimento.** São Paulo: Saraiva, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO Jr, Rudinei. Crescimento e desenvolvimento econômico. *In*: GREMAUD, Amaury Patrick. **Introdução à economia. et al.** Sao Paulo: Atlas, 2007.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2016. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4464464/pib-capita-46-em-2015>. Acesso em 10 de Outubro 2016

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) 2013. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 12 de Outubro de 2016

KURY, Adriano da Gama. **Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa.** ROSA, Ubiratan (org.). São Paulo: FTD, 2001.

MARIANO SOBRINHO, Antônio. **Rio do Camará: A epopeia de (mais) um século.** Camalaú: Editora Academia de Cultura Princesa do Cariri, 1996.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família: Guia do Gestor.** Brasília/DF, 2006.

MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) 2015. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#VisãoGeral>. Acesso em: 21 de Maio de 2015

Ministério da Saúde – DATASUS | dados demográficos e socioeconômicos – IBGE. Disponível em: www.deepask.com/goes?page=camalau/PB-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-município. Acesso em: 19 de janeiro de 2017

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]** : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ONU (Organização das Nações Unidas). Relatório do Desenvolvimento Humano. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/brasil-avanca-uma-posicao-e-e-79-no-ranking-do-desenvolvimento-humano.html> Acesso em: 07 de Junho de 2015

PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/11/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-8-da-populacao> Acesso em: 19 de janeiro de 2017.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) 2006. Disponível em: <http://www.alunosonline.com.br/geografia/oidhosestadosbrasileiros.html> Acesso em: 07 de junho de 2015.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL, 2015. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/graficos/bolsafamilia/> Acesso em: 07 de Maio de 2015.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais: fundamentos e técnicas / Juliano Lima Pinheiro. -4. Ed – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.**

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ROCHA, Sonia. **Transferência de renda no Brasil: O Fim da pobreza?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ROSSETTI, José Paschoal. Contabilidade social. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia.** ed. 20. São Paulo: Atlas, 2003.

SOARES, S. et al. **Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade.** Brasília: IPEA, 2007 (Texto para Discussão, n. 1.293). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.

Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira (Dados do IRPF 2015/2014) 2016.

ANEXOS

Anexo 01 – Hino de Camalaú - PB

Criado pela Lei103, de 06 de setembro de 1971.

Letra e Música de Antônio Mariano Sobrinho

Hino de Camalaú – PB	
<p>Camalaú és o berço de um povo que avança buscando a vitória guiado por um ideal novo ideal de progresso e de glória</p> <p>E a cantar, seu valor caminhamos com fé e amor para a glória do povir quando o Brasil irá sentir paira aqui a mão de Deus nos feitos imortais dos filhos teus</p> <p>Neste solo que é paraibano nesta terra que é brasileira tens por símbolo um divino arcano a estrela da tua bandeira</p>	<p>E a cantar, seu valor caminhamos com fé e amor para a glória do povir quando o Brasil irá sentir paira aqui a mão de Deus nos feitos imortais dos filhos teus</p> <p>O teu nome esperança traduz e a brilhar sobre o céu cor de anil os teus filhos são focos de luz que hão de iluminar o Brasil</p> <p>E a cantar, seu valor caminhamos com fé e amor para a glória do povir quando o Brasil irá sentir paira aqui a mão de Deus nos feitos imortais dos filhos teus.</p>

Anexo 02: Bandeira de Camalaú

A bandeira do Município de Camalaú foi criada pela Lei Municipal nº 102, de 06 de setembro de 1971, que em seu artigo 1º diz: "Fica criada a Bandeira do Município de Camalaú, com as seguintes cores e seus significados: verde e amarelo representa o Brasil; preto e vermelho representando o Estado da Paraíba; e branco representa Camalaú".



Autor: Antônio Mariano Sobrinho

Anexo 03: Brasão de Camalaú



Fonte: Mariano Sobrinho (1996)